



APRESENTAÇÃO

A Gestão Ambiental Pública é a ação do Poder Público conduzido segundo uma Política Pública Ambiental. Entende-se por Política Pública Ambiental o conjunto de objetivos, diretrizes e instrumentos de ação que o Poder Público dispõe para produzir efeitos desejáveis sobre o meio ambiente (BARBIERI, 2012). Partindo dessa premissa o IDEFLOR-Bio, enquanto um dos operadores da política ambiental do Estado do Pará pautou suas atividades e ações pactuadas no PPA 2020-2023 com foco no presente exercício.

Considerando que o ano de 2020 foi abalado por uma pandemia em escala global em que países, governos em todos os níveis tiveram que realinhar seus programas governamentais, o IDEFLOR-Bio também realinou suas atividades no sentido de atender a política ambiental por meio dos programas do PPA e compromissos governamentais executados por este Instituto. Vale ressaltar que mesmo em um cenário adverso os resultados apresentados ao longo deste relatório evidenciam tal realidade.

Desse modo, este documento foi elaborado seguindo as orientações emanadas pelo órgão diretivo de planejamento Estadual, seguido de consultas aos sistemas corporativos de Planejamento e Financeiro denominados: SIGPLAN E SIAFEM respectivamente, além dos relatórios de gestão de cada unidade que compõe a estrutura organizacional do instituto.



GESTÃO ESTRATÉGICA



ADM. E FINANÇAS



LOGÍSTICA



DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL



UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO



FLORESTAS
PÚBLICAS



SÓCIOBIODIVERSIDADE

INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

MISSÃO

“Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais do estado do Pará, por meio de políticas públicas e da gestão das florestas além da gestão da biodiversidade e execução das políticas de preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade, da fauna e da flora terrestres e aquáticas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade”

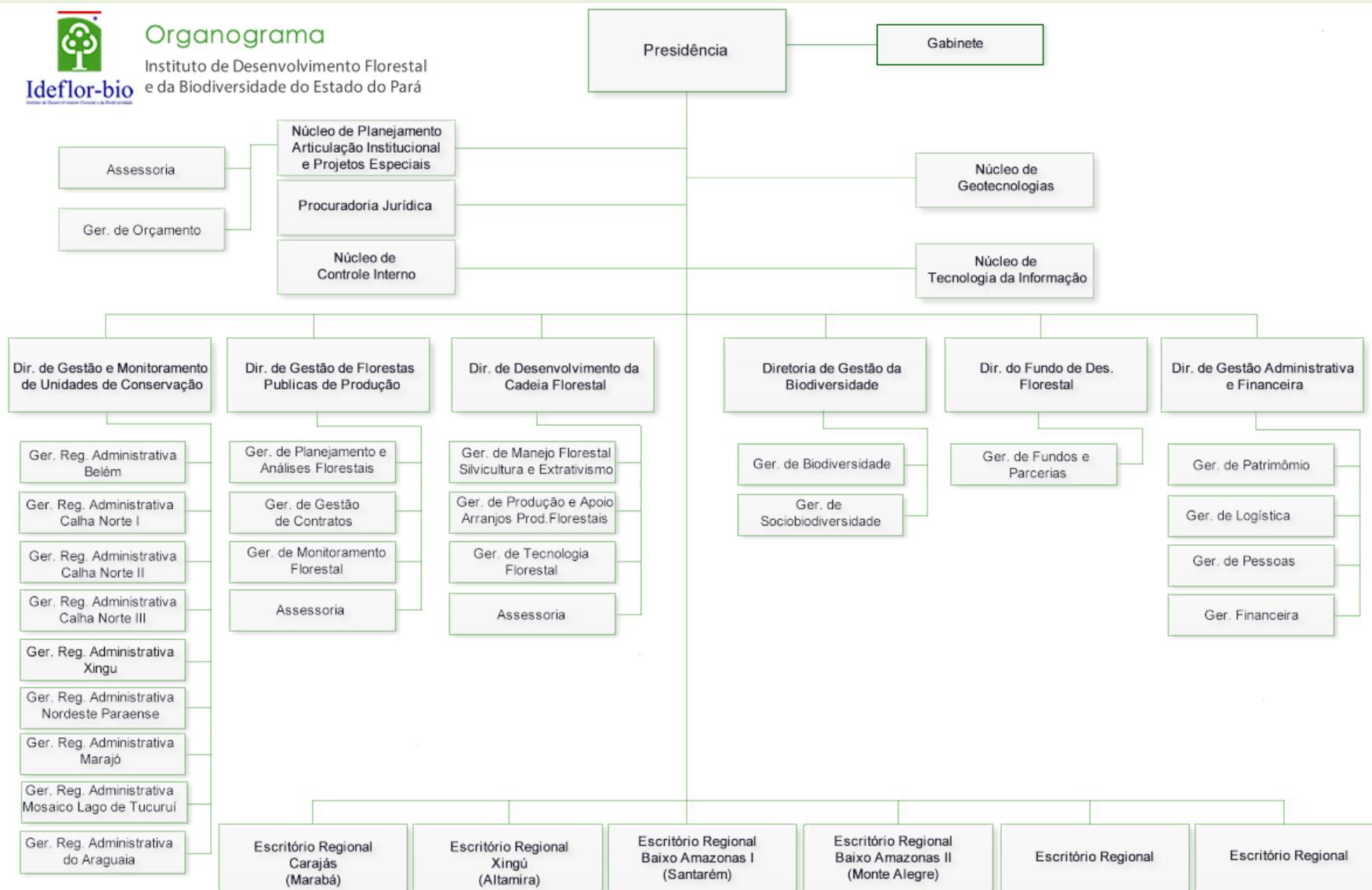
VISÃO

“Tornar o Pará um produtos florestal competitivo no cenário global, alicerçado em práticas sustentáveis, com alta agregação e internalização de valor econômico, social e ambiental”



Organograma

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará



GESTÃO ESTRATÉGICA

1.1 Avaliação dos Compromissos Regionais:

- **Plano de Manejo do Mosaico do Lago de Tucuruí**, que abrange as Unidades de Conservação: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pucuruí-Ararão, Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça. O Plano de Manejo foi concluído e apresentado ao Instituto para revisão e validação, com previsão de publicação em 2021.
- **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó**, localizada no município de Afuá. Em virtude da dificuldade em definir os limites da referida UC, o Conselho Gestor não fora constituído legalmente, porém já existe de fato, com a representatividade de instituições com envolvimento no Arquipélago. Para legalizar e renovar o Conselho houve publicação do edital de Chamada Pública, porém a maioria dos setores não aderiu, havendo uma baixa representatividade.
- **Plano de Manejo da APA Araguaia**, foi iniciado com o Conselho Gestor. A Metodologia do processo de revisão do Plano foi repassada para os atores sociais envolvidos na UC, estando prevista a realização de oficina de capacitação para o início de 2021. Acrescenta-se que a conclusão está prevista para janeiro 2022. O Plano da UC será em conjunto com a revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas
- **Plano de Manejo da APA da Ilha do Combu**, o Plano de Manejo da APA terá sua elaboração baseada na nova metodologia do ICMBIO, e tem seu início previsto para 2021, com previsão de conclusão para 2022.
- **Plano de Manejo da Floresta Estadual do Iriri**, previsão para início no começo de 2021, com edital de contratação feito pelo Projeto "Paisagens Sustentáveis", com recursos do KFW. Acrescenta-se que a conclusão prevista para 2022.
- Implantar **07 Unidades de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro**, para a construção dos Postos de Monitoramento de Pescado, foi aprovado o recurso de Compensação Ambiental. As sete prefeituras envolvidas ratificaram a adesão com a doação dos

terrenos, validados pela SPU. A elaboração dos projetos de engenharia está sob a responsabilidade da SEDOP, com previsão para a licitação para o início de 2021, e na sequência a execução das obras, também pela SEDOP.

- Implantar o **Escritório Regional do IDEFLOR-Bio no Município de Breves**, Realizado visita no município para prospectar espaço, visando à solicitação de doação por parte da Prefeitura local da área definida para construção.

- Implantar **01 Centro de Treinamento e Desenvolvimento Florestal na Região de Integração do Baixo Amazonas**:
 1. Implantação de Centro de Treinamento e Desenvolvimento Florestal no município de Juruti Iniciado processo de elaboração do Termo de referência para execução de Inventário Florestal amostral da área de 33.998,716 ha;
 2. Iniciado processo para elaboração do Termo de Referência para a execução de Relatório Ambiental Preliminar- RAP da área do Centro de Treinamento;
 3. Iniciado processo para execução de serviços de Demarcação e Sinalização dos acessos da área do Centro de Treinamento;
 4. Elaborado Termo de Referência para modelagem econômica de implantação e funcionamento do Centro, que se encontra em análise pela equipe gestora do Projeto Paisagens Sustentáveis.

1.2 Alinhamento de Metas com objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS):

O IDEFLOR-Bio alinhou suas cinco ações do programa finalístico coberto por seus dois objetivos que caracterizam suas ações. Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil.

ODS/OBJETIVOS/IDEFLOR-Bio

Objetivo 1: Fomentar e promover o uso sustentável dos recursos ambientais										
Nº	Ação	Órgão Executor	Produto	Unidade	OBJETIVOS ODS	METAS ODS	VALIDAR	INCLUSÃO		EXCLUIR
								OBJETIVOS ODS	METAS ODS	
1	Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Ideflor-Bio	Família Beneficiada	Unid.	11. Cidades e Comunidades Sustentáveis 15. Vida Terrestre	11.a / 15.1 / 15.2 / 15.4 / 15.b	11.a/15.2/15.b	1. Erradicação de Pobreza 2. Fome zero e agricultura sustentável	1.5/2.3	15.1/15.4
2	Outorga e Monitoramento de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais	Ideflor-Bio	Área Outorgada	Hec.	15. Vida Terrestre	15.1 / 15.2 / 15.4	15.1/15.2/			15.4
3	Produção e Recomposição Florestal	Ideflor-Bio	Área Plantada	Hec.	6. Água Limpa e Saneamento 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis 15. Vida Terrestre	6.6 / 11.a / 15.1 / 15.2 / 15.b	11.a/15.1/15.2/ 15.b/6.6	1. Erradicação de Pobreza 2. Fome zero e agricultura sustentável	1.5/2.3	
Objetivo 2: Ordenamento territorial, regularização fundiária e ambiental										
Nº	Ação	Órgão Executor	Produto	Unidade	OBJETIVOS ODS	METAS ODS	VALIDAR	INCLUSÃO		EXCLUIR
								OBJETIVOS ODS	METAS ODS	
1	Elaboração de Estudo e Instrumento legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Ideflor-Bio	Estudo Elaborado	Unid.	1. Erradicação de Pobreza 15. Vida Terrestre	1.5 / 15.2 / 15.6 / 15.7 / 15.9	15.2/15.6/15.7/ 15.9		15.1/	1.5
2	Gestão de Unidades de Conservação	Ideflor-Bio	Área Protegida	Hec.	1. Erradicação de Pobreza 15. Vida Terrestre 6. Água Limpa e Saneamento	1.5 / 15.2 / 15.4 / 15.7 / 15.10	15.2/15.4/15.7	11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	11.4/15.1/15.6 /15.a	1.5

Nessa esteira, as ações de Apoio ao Manejo Florestal Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade se esquadram nas metas 11.a, 25.2 e 15.b, validados, uma vez que tais objetivos tornam as cidades e os assentamentos humanos, inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, se relacionam e se complementam com os objetivos da meta, além da inclusão de novas metas previstas no referido documento 1.5 e 2/3 que diz respeito à erradicação da fome e agricultura sustentável.

Na ação Outorga e Monitoramento de florestas públicas e serviços florestais ancorado no objetivo 15 Vida terrestre, validados os objetivos 15.1 e 15.2, uma vez que o IDEFLOR-Bio monitora, 483.437,49 hectares na região do Baixo Amazonas, com vistas à proteção desse importante equipamento público de preservação ambiental.

Outra ação alinhada diz respeito à Produção e Recomposição Florestal inseridas em três objetivos da ODS água limpa e saneamento; 11 cidades e Comunidades sustentáveis além do objetivo 15. Vida terrestre das metas sugeridas foram validadas 11.a/15.1/15.2,5.b e 6.6 por entender que tais metas contemplam o bojo das metas ODS além disso, foi ampliado mais dois objetivos 1. Erradicação da pobreza e fome zero e agricultura familiar uma vez que, nesta ação um dos objetivos é a redução do passivo ambiental além de gerar renda para a família dos agricultores por meio do SAF'S comerciais.

Quanto ao objetivo 2: Ordenamento territorial, regularização fundiária e ambiental constituído por duas ações conforme quadro abaixo.

Na ação Elaboração de Estudos e Instrumento legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade alinhado ao objetivo 1. Erradicação da Pobreza e 15. Vida terrestre, a meta da ODS 1.5/15.2/15.6/15.7/15.9, no entanto foram validados somente as metas 15.2/15.6/15.7/15.9 no que concerne a ação que tem como principal foco elaborar estudos para a proteção e conservação da biodiversidade, nesse sentido foi elaborado o estudo para implantação no Estado do Pará, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC.

No que diz respeito ao alinhamento da ação Unidade de Gestão aos objetivos 1. Erradicação da pobreza, 15. Vida Terrestre, 6. água limpa e saneamento foram validados os objetivos 15/2,15.4/15.7 por entender que tais objetivos comungam diretamente com a essência da respectiva ação que têm a finalidade preservar o patrimônio ambiental, salvaguardar os atributos biológicos, físicos e arqueológicos para a manutenção dos ecossistemas, bem como garantir às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais e propiciar às comunidades do entorno, o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, todos esses objetivos resultou na inclusão de objetivo 11 da ODS Cidades e comunidades sustentáveis.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

1. TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

A Política de Atuação Integrada de Territórios Sustentáveis (TS) foi instituída pelo Decreto 344/2019, com o objetivo de ser o instrumento de contribuição para os compromissos globais de desenvolvimento sustentável, as Contribuições Nacionais Determinadas (NDCs) e de alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em âmbito estadual. Onze órgãos do governo estadual integram o Programa Territórios Sustentáveis (PTS), aliado a mais nove instituições públicas e de pesquisa, organizações não governamentais (ONGs) e setor produtivo. Com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social, por meio da mudança de cultura produtiva com zonas livres de desmatamento ilegal, o TS é um dos pilares do Plano Estadual Amazônia Agora, estratégia que alia o crescimento econômico à preservação da floresta.

No Programa Territórios Sustentáveis agricultores familiares da comunidade Xadá, na Área de **Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu**, que abrange os municípios de São Félix do Xingu e Altamira, participam de qualificações para implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) promovidas pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap).

A oficina de implantação de SAF's Cacau foi dividida em um momento teórico e outro prático. Os produtores participaram de uma exposição de tecnologias sustentáveis e um seminário. O IDEFLOR-Bio participa na etapa do TS após a identificação do passivo ambiental da propriedade, com a proposta da recomposição daquele passivo ambiental com a metodologia do PROSAF, a implantação de SAF's comerciais para a recomposição de reserva legal e APP (Áreas de Preservação Permanentes). Quando o produtor resolve recompor a sua área, fazer o pagamento ambiental por meio de sistemas agroflorestais o IDEFLOR-Bio juntamente com a Sedap, vão fomentar essa propriedade para que seja recuperado aquele passivo com a tecnologia dos SAF's.

A recuperação florestal produtiva considera um conjunto de estratégias eleitas que vão desde a seleção e cadastro dos produtores; apresentação do projeto; implantação dos viveiros nas comunidades; as capacitações tanto de preparo de substrato como da produção de mudas e também em sistemas agroflorestais, sendo apresentando o novo instrumento capaz de oferecer a esses agricultores a diversificação da base produtiva, oportunizando que eles tenham renda distribuída ao

longo do ano e não somente advinda de uma única atividade. Então, do início das atividades até o plantio dos sistemas agroflorestais, esses agricultores passarão por todo um processo de capacitação.

Cerca de 10 profissionais participaram do trabalho, objetivando alcançar os demais municípios listados na fase, ao longo da PA-279, de São Félix do Xingu até Água Azul do Norte. No intuito de beneficiar um hectare por propriedade, ou seja, eles irão também receber a área mecanizada, uma tonelada de calcário e ao final o plantio de seu arranjo agroflorestal na sua propriedade. É importante registrar que esse conjunto de estratégias eleitas configurando na recomposição florestal produtiva na unidade familiar.

O IDEFLOR-Bio participa das ações da Política de ação Integrada Territórios Sustentáveis no fomento direto ao produtor e no fortalecimento da gestão e combate a queimadas na APA Triunfo do Xingu. O IDEFLOR-Bio utiliza metodologia do PROSAF para recuperar áreas alteradas nos Territórios Sustentáveis, os resultados dessas ações foram a Inauguração do primeiro viveiro comunitário na Vila Xadá, com capacidade para produzir 20 (vinte) mil mudas agroflorestais, capacitações, preparo de área de mecanizado e SAF's. O trabalho do Programa Territórios Sustentáveis é fundamental para garantir a sustentabilidade na utilização dos recursos florestais, em uma região repleta de Áreas de Preservação Ambiental, nem sempre respeitadas. A APA Triunfo do Xingu tem alta produtividade, é um mosaico criado para proteção desse legado ecológico na garantia de produtividade e preservação da floresta.

2. PLANO ESTADUAL AMAZÔNIA AGORA PARA DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL E DIMINUIÇÃO DE DESMATAMENTO

Aumento da eficiência no uso da terra, captação de recursos de investidores para fomento de atividades ecoeficientes, incentivo à regularização fundiária e ambiental, além do enfrentamento do desmatamento e incêndios florestais no Estado do Pará. Esses são os principais objetivos do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), decreto nº 941.

O PEAA valoriza e engloba ações que vão desde o fomento às boas práticas ambientais no uso adequado da terra, até a atualização e avanço de normas para conciliar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Juntamos os principais elementos para sair apenas das ações de fiscalização e elevar o Estado a uma nova forma de produzir, mais eficiente sem precisar expandir sobre novas áreas de floresta.

O decreto cita como finalidades do Plano, o alcance de oito Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), em escala estadual e a

implementação de contribuições do Pará aos compromissos globais de desenvolvimento sustentável, especialmente as Contribuições Nacionais Determinadas (NDCs) do Brasil.

Outra finalidade apontada no Plano Estadual é o incentivo a atividades que promovam redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a prevenção, o controle e alternativas ao desmatamento, e as estratégias econômicas, financeiras e fiscais para proteção ambiental no Estado do Pará, nos termos do art. 30 da Lei Estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020 – Política Estadual sobre Mudanças Climáticas.

A meta prevista é até 2030 reduzir em 37% as emissões de GEE ocorridas entre os anos 2014 e 2018 no Pará, no setor de mudança no uso da terra e florestas. Além disso, propõe que até 2035 a redução de GEE alcance 43%, no mesmo referencial.

Outro ponto em destaque para o alcance do objetivo central do plano é a regeneração da cobertura florestal paraense, projetada em 5,6 milhões de hectares até 2030, com a possibilidade de ampliação da cobertura para 7,4 milhões de hectares até o ano de 2035, caso a implementação do PEAA disponha de apoio externo dentro deste período.

A implementação do Plano Estadual garante incentivos à descentralização da gestão ambiental, além de políticas públicas nas regiões de integração do Estado. Assim como, subsidiam ações que visam o combate a crimes ambientais, a regularização fundiária, além de propiciar o reflorestamento de áreas degradadas. Entre os ganhos ambientais há ainda o fomento à criação de unidades de conservação, promovendo a manutenção dos recursos naturais.

PRINCIPAIS COMPROMISSOS DO IDEFLOR-BIO COM O PLANO ESTADUAL AMAZÔNIA AGORA:

- Regulamentar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC;
- Elaborar o Plano Estadual de Silvicultura e Sistemas Agroflorestais – PLANESAF;
- Criar o Programa Estadual de Aquisição de Sementes e Mudanças;
- Estabelecer projetos específicos do Programa PROSAF em municípios prioritários para recuperação ambiental;
- Elaborar e lançar a Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar-PEMFCF;
- Elaborar o Plano de Gestão/Manejo da FLOTA Iriri a fim de implementar instrumento de Concessão Florestal na UC.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA PPA 2020-2023: CRESCIMENTO INTELIGENTE
ÁREA DE AÇÃO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PROGRAMA: MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL
OBJETIVO 1 : FOMENTAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL OS RECURSOS AMBIENTAIS

AÇÕES FINALÍSTICAS IDEFLOR-BIO DO OBJETIVO 1 :

- 1 – APOIO AO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO FAMILIAR E DE PRODUTOS DA SOCIOBIDIVERSIDADE
- 2 – OUTORGA E MONITORAMENTO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA PRODUTOS E SERVIÇOS FLORESTAIS
- 3 – PRODUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL

1 – APOIO AO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO FAMILIAR E DE
PRODUTOS DA SOCIOBIDIVERSIDADE

Meta OGE 2020 - 990 Famílias beneficiadas

Meta alcançada / 2020 - 449 Famílias beneficiadas

A valorização do sociobiodiversidade tem como cerne a implantação de manejo florestal bem como de vários arranjos produtivos dentre eles, o projeto de fortalecimento do artesanato indígena da calha norte/município de Oriximiná, o projeto de apoio à gestão e restauração florestal da Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG, o projeto de Fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar no Estado do Pará, e o Plano de Desenvolvimento Local- PDL de Portel.

- O Projeto de fortalecimento do artesanato indígena da calha norte/município de Oriximiná, cujo objetivo é Fortalecimento da cadeia produtiva do artesanato indígena da Calha Norte (etnia Wai wai , Kaxuyana e Tunayana) como forma de viabilizar a valorização da sociobiodiversidade local e a melhoria da geração de renda, através do aperfeiçoamento de peças do artesanato dos indígenas que vivem nesta região. Não foram realizadas atividades como a realização de oficinas de aperfeiçoamento do artesanato indígena, devido à Pandemia do Covid-19;
- O Projeto de Apoio à Gestão e Restauração Florestal da Terra Indígena Alto Rio Guamá – Tiarg, cujo objetivo é as realizações de ações de gestão e restauração florestal, tendo em vista a conservação dos estoques madeireiros e melhoramento dos potenciais socioeconômicos para produção florestal não madeireira da Terra Indígena Alto Rio Guamá

(TIARG). Nas Regiões RIO CAPIM - Paragominas e Nova Esperança do Piriá e RIO CAETÉ - Santa Luzia do Pará.

Principais realizações:

- Realização de Oficinas em fevereiro de 2020 nas Aldeias São Pedro, Frasqueira, Sede e Itaputyr, para elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas da TIARG;
- Aquisição de produtos agropecuários, equipamentos, ferramentas e insumos para implantação de viveiros, visando à produção de mudas agroflorestais (18 Aldeias da TIARG das porções Guamá e Gurupi - Aproximadamente 1676 indígenas da etnia Tembé)

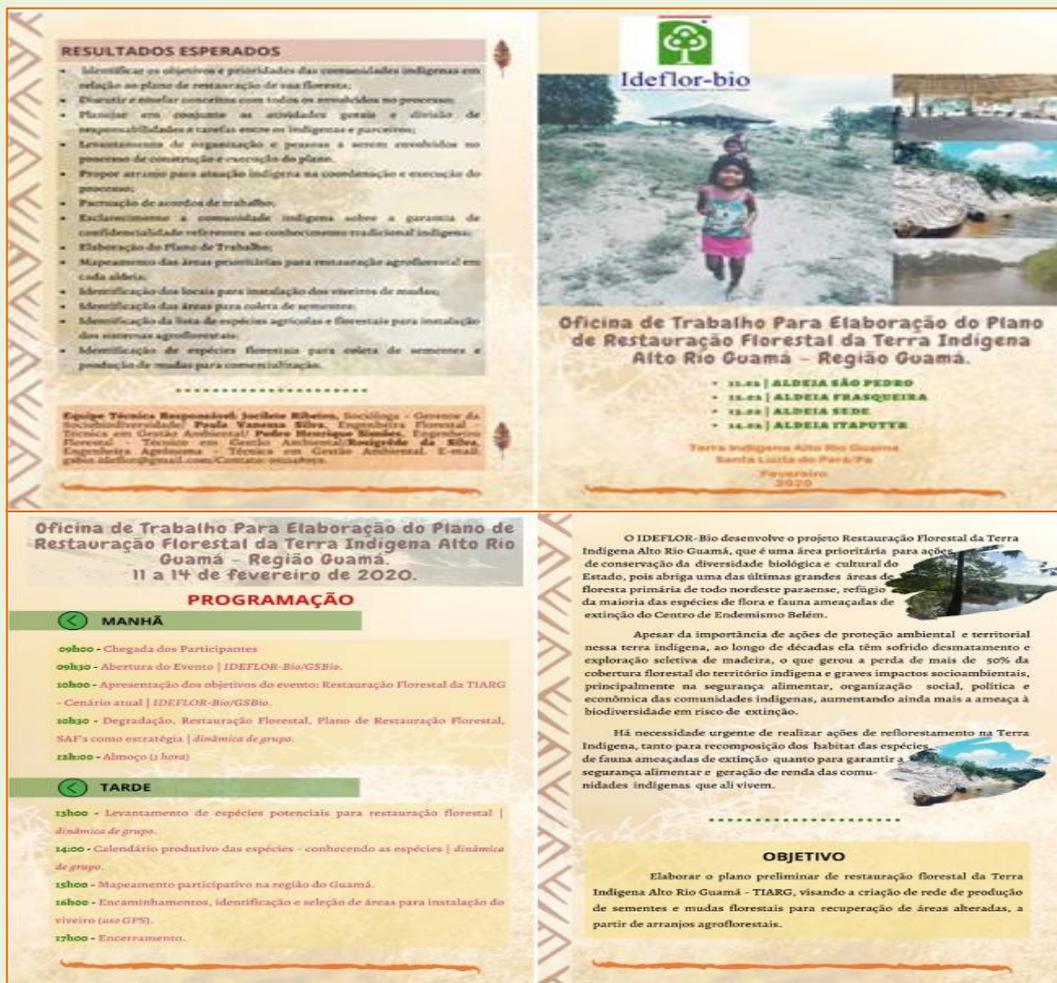


Figura01: Material de divulgação das oficinas realizadas na TIARG – região do Guamá



Figura 02: Realização de Oficina no dia 12/02/2020 na Aldeia Frasqueira, para elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas da TIARG



Figuras 03: Oficina no dia 11/02/2020 na Aldeia São Pedro, para elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas da TIARG



Figura 04: Realização de Oficina no dia 13/02/2020 na Aldeia Sede, para elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas da TIARG



Figura 05: Oficina no dia 14/02/2020 na Aldeia Itaputyr,
para elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas da TIARG

Técnicos do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio) implantaram dois viveiros florestais nas aldeias Cajueiro e Teko-Haw, na terra indígena Alto Rio Guamá, da etnia Tembê, região do Gurupi, no município de Paragominas. A ação tem como objetivo a produção de mudas destinadas à implantação de Sistemas Agroflorestais do Projeto Gestão e Restauração Florestal da Terra Indígena Alto Rio Guamá (Tiarg). Cada viveiro possui capacidade de produção de 9.500 (nove mil e quinhentas) mudas. Para os trabalhos de produção de mudas e manutenção dos viveiros, diversos materiais e equipamentos são necessários, além de insumos para uso inicial. As estruturas foram equipadas com um sistema de irrigação completo, com bomba e caixa d'água de 05 mil litros.



Figura 06- viveiros florestais implantados nas aldeias Cajueiro e Teko-Haw,
na terra indígena Alto Rio Guamá, da etnia Tembê, região do Gurupi, no município de Paragominas.

- O **Projeto de Fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar no Estado do Pará**, com objetivo da Criação de um marco legal para regulamentação das atividades de manejo florestal comunitário no Estado do Pará envolvendo todas as Regiões de Integração/ Todos os municípios. O Projeto possui como ação a elaboração da Política do Manejo Florestal Comunitário do estado do Pará. Em 2020 foi elaborado o ajuste em relação a ação “Mapeamento e Diagnóstico Socioeconômico das Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar no Estado do Pará”, Termo de Colaboração e Minuta de Edital para a realização do Chamamento Público.

- O **Plano de Desenvolvimento Local- PDL de Portel**

Principais beneficiários:

- Comunidades agroextrativistas das glebas e PEAEXs Estaduais de Porte, nas localidades: PEAEX Acutipereira; PEAEX Acangatá, PEAEX Alto Camarapí, PEAEX Jacaré-Puru e Gleba estadual Joana Peres II.

Atividades programadas para o exercício de 2020:

- PEAEX Acutipereira: a implantação de uma oficina de marcenaria; implantação de meliponário com 50 colônias.
- PEAEX Acangatá: a) implantação de uma oficina de marcenaria; b) implantação de um meliponário com 50 colônias.
- PEAEX Alto Camarapí: a implantação de um meliponário com 30 colônias.
- PEAEX Jacaré-Puru: a implantação de um meliponário com 30 colônias.
- Gleba Joana Peres II: a) Realização de um diagnóstico socioambiental e cadastramento das famílias

Todas as atividades estiveram suspensas em função da pandemia de COVID 19. As ações pendentes em 2020 estão previstas para ocorrer no primeiro semestre de 2021. Além das ações já previstas, em 2021 pretende-se expandir algumas ações de valorização da sociobiodiversidade para a gleba Joana Peres II, haja vista que os trabalhos de ordenamento fundiário e ambiental neste território terão início em janeiro de 2020, o que trará novas demandas para as ações de apoio as cadeiras de valor da sociobiodiversidade.

Tabela 01: Execução Orçamentária e Financeira na Ação de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade

FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	PROVISÃO FUNDEFLO	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
0661 - SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	212.737,00		46.996,02	24.741,42	165.824,50	22%
0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		351.565,33	64.869,63	3.926,40	286.695,70	18%
0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	INVESTIMENTOS		436.025,49	14.815,08	9.215,28	421.210,41	3%
TOTAL		212.737,00	787.590,82	126.680,73	37.883,10	873.730,61	

Considerações Tabela 01:

- Os recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram executados com recursos provenientes do superávit das fontes de recursos próprios do IDEFLOR-Bio;
- Foram executados **22%** (vinte e dois por cento) de recursos orçamentários em relação aos recursos empenhados/ dotação suplementar na UG 79201-IDEFLOR-Bio;
- As provisões orçamentárias são realizadas na UG 790202 – FUNDEFLO, em média os recursos realizados pelo FUNDO nesta ação , foram de **10%** (dez por cento) de execução em relação aos recursos empenhados/provisões de recursos orçamentários realizados;
- O total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-Bio, nesta ação foi em média **13%** (treze por cento) considerando as duas UGs do IDEFLOR-Bio e FUNDEFLO.

2 – OUTORGA E MONITORAMENTO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA PRODUTOS E SERVIÇOS FLORESTAIS

Meta OGE 2020 - Monitoramento e fiscalização de 483.635.111,75 HA

Novas Outorgas /2020 151.674,26 HA

Meta alcançada/Monitoramento e fiscalização de 483.635,111,75HA

O Estado do Pará exerce sua competência suplementar na gestão de florestas públicas, através da Lei Estadual Nº 6.963 de 2007, alterada pela Lei Estadual Nº 8.096 de 2015 e Lei Estadual 8.633 de 2018, que cria o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio, para exercer, entre outras atribuições a função de órgão gestor das florestas públicas para produção sustentável e da biodiversidade e, ainda a gestão da política estadual para produção e desenvolvimento da cadeia florestal, a execução das políticas de preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade, da fauna e da flora terrestres e aquáticas, bem como a responsabilidade de elaborar e executar todos os procedimentos e regulamentos necessários à realização, ao controle, monitoramento e à fiscalização, junto aos demais órgãos competentes, da concessão de florestas públicas do Estado do Pará.

CONCESSÃO FLORESTAL

A Lei Federal nº 11.284/2006 tornou-se um marco legal para mudanças estruturais na gestão florestal, e tem como um dos seus princípios, o estabelecimento de atividades que promovam o uso eficiente e racional das florestas, contribuindo para economia da região de maneira menos impactante, e gerando arrecadação ao Estado e aos municípios e bem como, benefícios sociais às comunidades locais ao qual a exploração madeireira gera impacto direto.

A exploração dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros precisa ser ordenada e, portanto, fica instituído o manejo florestal como método adotado que pode ser definido como a “administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como, a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal” (Lei 11.284/06).

As concessões florestais estaduais encontram-se materializadas no Estado do Pará, apresentando resultados satisfatórios, tanto na produção madeireira quanto na arrecadação, mas ainda há alguns gargalos a serem superados, já sendo dirimidos com apoio e discussão junto à Comissão Estadual de Florestas – COMEF. Como resultado satisfatório, temos a arrecadação gerada

pela concessão florestal, onde 30% (trinta por cento) destes são repassados aos municípios de acordo com a localização das áreas de florestas outorgadas pelo Estado; 40% (quarenta por cento) destinados a execução de projetos de apoio à pesquisa, fomento ao manejo florestal e cultivo florestal, dentre outras linhas de aplicação pelo FUNDEFLORE e os demais 30% (trinta por cento) utilizados para custeio e execução das atividades do IDEFLOR-Bio.

O Estado do Pará concedeu até o momento, através de licitação de concessão florestal uma área total de 483.435,49 ha, distribuídos em 12 (doze) Unidades de Manejo Florestal, sendo que 03 (três) estão localizadas no conjunto de glebas Mamuru-Arapiuns, ofertadas pelo edital 01/2011 e as outras 09 (nove) localizadas na Floresta Estadual Paru, ofertadas respectivamente pelo edital 02/2011 e pelo edital 01/2013 e 01/2018. Contudo, em janeiro de 2017, 03 (três) contratos da Flota Paru foram rescindidos, em virtude de descumprimento contratual e diante destas rescisões contratuais, o total de área concedida pelo Estado do Pará atualizada é 483.435,49 ha distribuídos em 09 (nove) unidades.

A execução dos recursos do Fundo ocorre no exercício seguinte ao ano arrecadado, através de Plano de Aplicação aprovado pela COMEF – Comissão Estadual de Floresta, por superávit.

CONCESSÃO FLORESTAL NO ESTADO DO PARÁ			
UC/Gleba	Município	Ano Contrato	Área (ha)
Conjunto de Glebas Mamuru-Arapiuns	Santarém/Juruti	2011	45.721,33
	Santarém/Juruti/Aveiro	2011	19.817,71
	Santarém/Juruti/Aveiro	2011	85.417,91
Flota Paru	Almeirim	2012	99.868,54
	Almeirim	2012	90.115,11
	Monte Alegre	2012	42.249,52
	Monte Alegre	2012	24.341,41
	Monte Alegre	2014	24.965,52
	Monte Alegre	2018	50.938,44
TOTAL DE ÁREA ESTADUAL SOB CONCESSÃO FLORESTAL NO PARÁ			483.435,49
Conjunto de Glebas Mamuru-Arapiuns	Santarém/Juruti (UMF 4)	A ser concedido	48.799,92
	Santarém/Juruti/Aveiro (UMF 5)	A ser concedido	53.501,91
	Juruti (Centro de Treinamento)	A ser concedido	33.998,72
Flota Paru	Monte Alegre (UMF 5a)	A ser concedido	49.206,08
TOTAL DE ÁREA ESTADUAL A SER CONCEDIDA NO PARÁ			185.506,63

Fonte: DGFLOP/IDEFLOR-Bio, 2020

As Unidades de Manejo Florestais concedidas estão demonstradas no mapa (Figura 07) e correspondem a 483.435,49 ha, e também as áreas em processo de Concessão Florestal correspondendo aproximadamente 150 mil hectares no conjunto de glebas Mamuru-Arapiuns e Flota do Paru, a partir de 2021, tão logo resolvido os trâmites necessários para publicação do Edital de Licitação, após a emissão de LP pela SEMAS, para concessões futuras das UMFs.

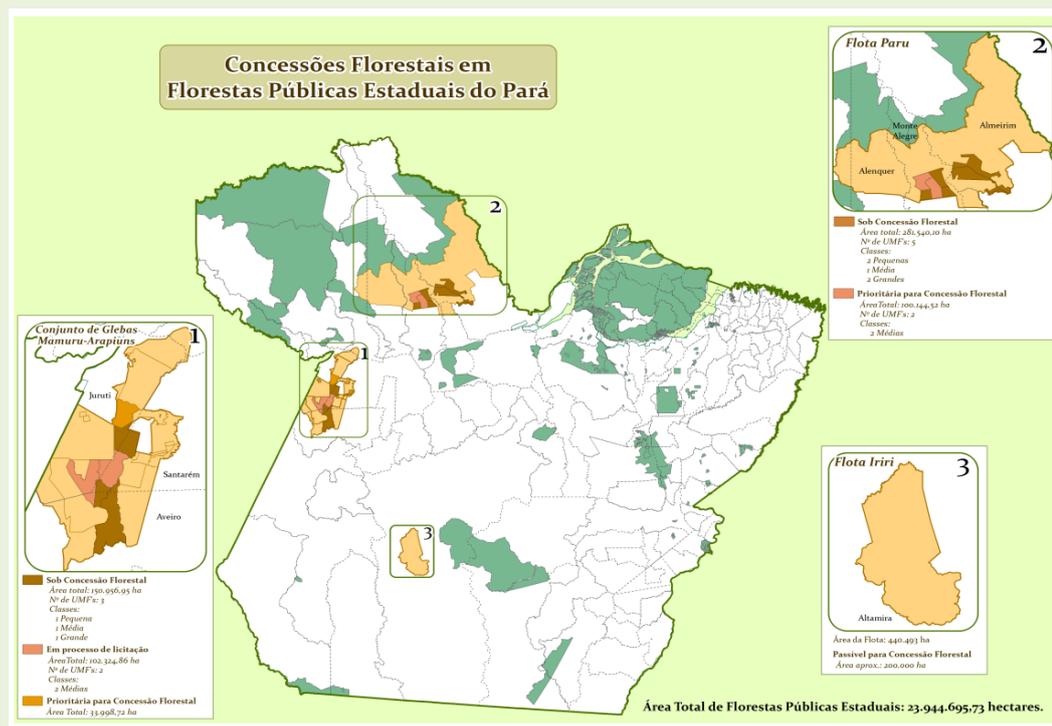


Figura 07: Mapa de Unidades de Manejo sob Concessão Florestal

Fonte: DGFLOP/IDEFLOR-Bio, 2020

DADOS GERAIS DA GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS DE PRODUÇÃO

Atualmente o Estado do Pará, através do IDEFLOR-Bio, possui 09 (nove) contratos de Concessão Florestal ativos, sendo 3 (três) em Glebas Públicas no Conjunto de Glebas Mamuru-Arapiuns distribuídas entre os municípios de Santarém, Juruti e Aveiro e 6 (seis) contratos em Unidade da Conversação, na Flota Paru, nos municípios de Almeirim e Monte Alegre.

Além destas, a DGFLOP faz a gestão das Glebas destinadas para concessão pelos Decretos 354/2012 e Decreto 105/2011 (Centro de Treinamento) no Conjunto de Glebas Mamuru-Arapiuns.

GESTÃO E MONITORAMENTO DAS UMF'S

Após os procedimentos e oficialização da concessão por meio dos contratos de Concessão, as áreas concedidas passam por um processo de gestão e monitoramento do contrato e da atividade de exploração florestal. Isso se dá por duas vias: (1) monitoramento das atividades propostas e obrigações

contratuais assumidas pelo concessionário, como forma de assegurar a gestão eficiente dos contratos; e (2) através do monitoramento remoto com a vantagem de permitir localizar de forma rápida e precisa áreas críticas objeto das concessões.

Todos os procedimentos de gestão e monitoramento são indispensáveis quando o foco é a sustentabilidade das florestas e a geração de benefícios sociais, econômicos e ambientais pautados na produção de madeira legal oriunda das Concessões Florestais do Estado.

Como informações gerais, os gráficos abaixo representam o processo como um todo desde o início das atividades até 2020, demonstrando a evolução do valor total por ano de arrecadação oriundo da concessão florestal, Valor total de Volume de Madeira Produzido e Valor total repassado aos municípios:

* valor atualizado até 14/12/2020



** valores sem rendimentos bancários

Gráfico 01. Valor total por ano de arrecadação oriundo da concessão florestal (R\$)



Gráfico 02. Valor total de Volume de Madeira Produzido (m³)

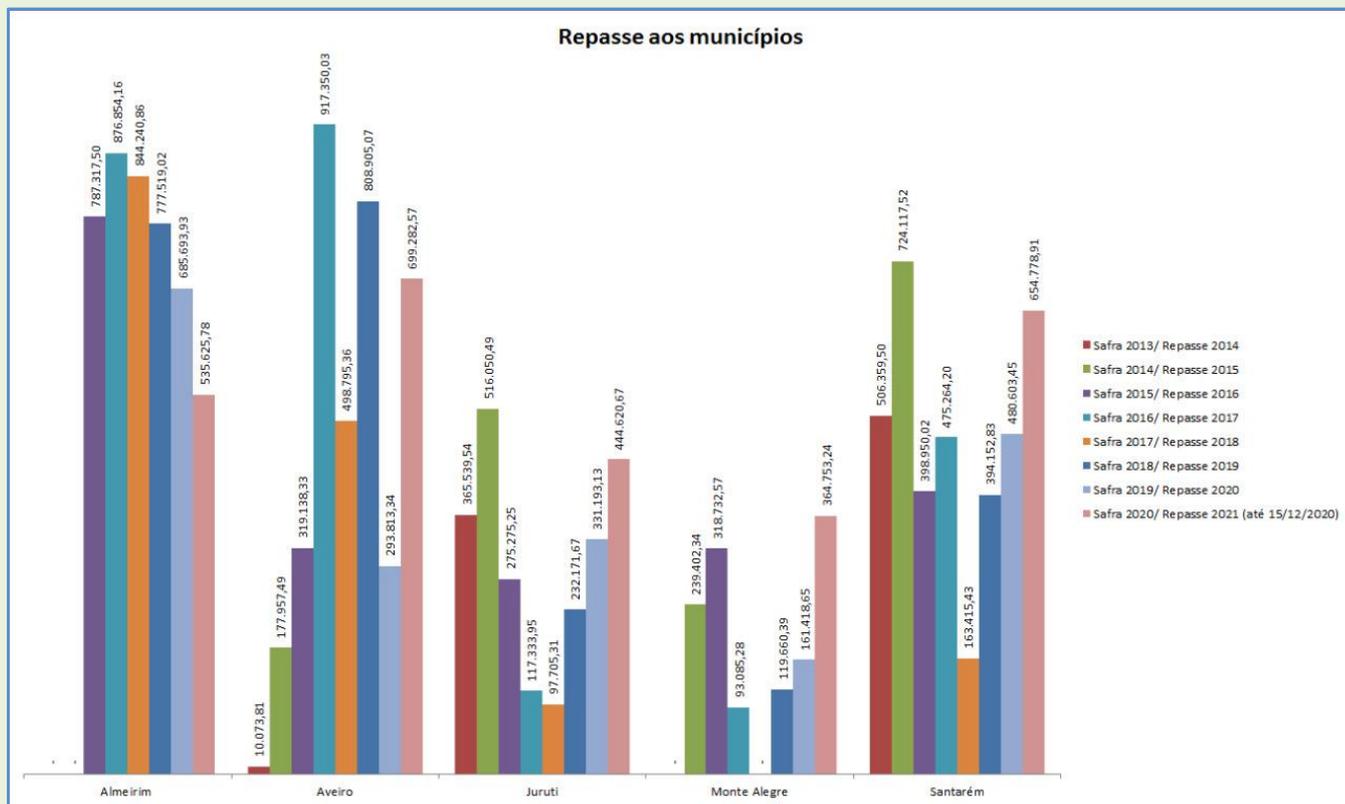


Gráfico 03. Valor repassado para cada município (R\$/ano)

ATIVIDADES DE MONITORAMENTO FLORESTAL

As atividades de monitoramento compreendidas em monitoramento remoto com o uso de ferramentas de geotecnologias; monitoramento administrativo dos contratos remotos e em campo; e visitas de monitoramento de safra e ou embargo, de acordo com o caso de cada área concedida ou sob a expectativa de outorgar.

O monitoramento da execução das cláusulas dos contratos de concessão se pauta, entre outros, em análise de documentos e relatórios, realização de diligências, levantamento dos dados do Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais-SISFLORA e visitas técnicas às UMFS para averiguação da execução do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e Unidades de Produção Anual (UPA).

Os relatórios de gestão de recursos florestais, relatórios de produção e visitas técnicas periódicas monitoram, dentre outras obrigações contratuais, o cumprimento dos indicadores técnicos ambientais, sociais, eficiência e agregação de valor ao recurso florestal. As visitas técnicas de safra e embargo consistem no acompanhamento das atividades de manejo florestal, verificação do sistema de cadeia de custódia adotado pelo concessionário e verificação das rotinas de trabalho e das instalações do acampamento (com o objetivo de assegurar aos funcionários condições de alimentação e alojamento em boas condições, assim como segurança e assistência de saúde), entre outras atividades.

Em 2020 foram realizadas visitas técnicas de monitoramento e fiscalização nas áreas de concessão florestal, distribuídos em visita técnica de SAFRA, visita técnica de EMBARGO e visitas de oportunidade, além de atividades de monitoramento e de levantamento de informações em campo com os propósitos de outorga, de salva guardar as áreas e posteriormente apoiar operações de fiscalização.

OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Continuação da implantação do SGC (O Sistema de Gestão das Concessões foi ampliado);
 - Houve a atualização do RAP para obtenção de Licença Prévia;
 - Portaria de Enfrentamento a COVID – 19 para preservação de empregos e Manutenção dos Contratos;
 - Apresentação de projeto para captação de Recursos do Programa Paisagens Sustentáveis para Modelagem do Centro de Treinamento (prev. 2021);
 - Homologação do Estudo de Preços dos Produtos Florestais;
 - Aplicação de metodologia de valoração da Floresta em Pé (benefícios diretos) para cálculo de indenização em área de supressão vegetal;
- Apresentação do PAOF 2020.

Tabela 02: Execução Orçamentária e financeira na Ação de Outorga e Monitoramento de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais

FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	PROVISÃO FUNDEFLO	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
0661 - SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	202.000,00		93.436,79	72.359,02	108.563,21	46%
0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.339.278,95	2.339.278,95	2.339.181,75	0	100%
TOTAL		202.000,00	2.339.278,95	2.432.715,74	2.411.540,77	108.563,21	

Considerações Tabela 02:

- Os recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram executados com os recursos provenientes do superávit das fontes de recursos próprios do IDEFLOR-Bio;
- Foram executados **46%** (quarenta e seis por cento) de recursos orçamentários em relação aos recursos empenhados/ dotação suplementar na UG 79201-IDEFLOR-Bio;
- As provisões orçamentárias são realizadas na UG 790202 – FUNDEFLO, em relação os recursos realizados pelo FUNDO nesta ação, foram de **100%** (cem por cento) de execução em relação aos recursos empenhados/provisões de recursos orçamentários realizados;
- Foram repassados neste exercício de 2020 para os municípios, conforme definido em lei e de acordo com a localização das áreas de florestas outorgadas pelo Estado o montante de **1.952.348,25** (Um milhão novecentos e cinquenta e dois mil trezentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos), os restantes no montante de **386.930,70** (trezentos e oitenta e seis mil novecentos e trinta reais e setenta centavos) foram para execução de atividades finalísticas do Instituto;
- O total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-Bio, nesta ação foi em média **96%** (noventa e seis por cento) considerando o empenhado / dotação suplementar e provisões nas UGs do IDEFLOR-Bio e FUNDEFLO.

3 – PRODUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL

Meta OGE 2020 - 486 há de Área de Floresta Plantada/Restaurada

Meta alcançada /2020 - 734 há de Área de Floresta Plantada/Restaurada

Para implementar as ações de fomento agroflorestal, o Instituto utiliza uma metodologia própria: o Projeto PROSAF.

Trata-se de uma estratégia de Governo que visa o estabelecimento de um conjunto de medidas para a promoção efetiva da recuperação das áreas antropicamente alteradas em propriedade de agricultores familiares do Pará. A principal estratégia para recompor a vegetação é o plantio de Sistemas Agroflorestais – SAFs Comerciais, que reúne as culturas anuais, frutíferas e essências florestais com especial atenção, as que constam na lista da flora amazônica ameaçada de extinção.

A Amazônia foi e sempre será foco da atenção nacional e mundial no que diz respeito à natureza e à sociedade. Na condição de natureza, ressalta-se a importância da maior floresta tropical do planeta enquanto acervo de biodiversidade e como base de prestação de serviços ambientais para

a estabilização do clima global. Na condição de sociedade, alerta-se para o risco de uma utilização predatória da base natural da região que pode ameaçar tudo o que se poderá obter, no presente e no futuro, de uma utilização mais qualificada de seus atributos naturais e locais.

Em meio a esse cenário o Estado do Pará lançou o Programa Territórios Sustentáveis que possui como diretrizes a conservação do capital natural; a promoção do desenvolvimento socioeconômico em bases ação de áreas alteradas e degradadas. Os Territórios Sustentáveis foram desenhados, a partir do aumento da eficiência na produção pecuária e agroflorestal; e a recuperando a necessidade de um impulso socioeconômico nas regiões mais afetadas pelo desmatamento.

Diante desse novo cenário e da necessidade de impulsionar a regularização ambiental das propriedades rurais do Estado, que se justifica a Institucionalização do **Projeto PROSAF**, que através da conjugação das atividades propostas proporcionará a solidificação de estratégias de monitoramento e manejo de sistemas produtivos capazes de ofertar bens e serviços ambientais, para diferentes realidades; qualificando as ações extensionistas; cadastrando propriedades familiares rurais e fortalecendo a gestão ambiental nas comunidades rurais e nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em especial nas Áreas de Proteção Ambiental - APA, incluindo-se ainda a possibilidade de reverter o triste cenário atual de degradação e abandono de áreas improdutivas.

Em uma avaliação feita através dos monitoramentos executados nos municípios, resume-se que necessita ampliar a oferta de fomento aos insumos e para atender a demanda dos mesmos. Ressalta-se que com o início da produção dos sistemas instalados anteriormente, gerou uma grande expectativa nos agricultores, detentores de áreas alteradas que apresentaram o desejo de recupera-las com implantação de Sistemas Agroflorestais.

É visível o impacto desta ação no Estado, principalmente quando se trata das culturas do açaí e do cacau, destacando-se esta última, onde a participação do IDEFLOR-Bio foi decisiva, contribuindo para aumento em torno de 91% da produção, o que contribuiu/resultou inclusive para ultrapassarmos o Estado da Bahia nesses últimos anos. Dessa forma há necessidade de um planejamento que nos permita atender um mínimo de 100 famílias por municípios, ampliando as ações, onde teremos um impacto que repercutirá nos próximos 30 anos, garantindo renda, estabilidade social e ambiental e até atraindo investimento para processamento de matéria-prima advinda de nossos Sistemas Agroflorestais.

METODOLOGIA / SISTEMAS AGROFLORESTAIS-SAFs

ETAPAS	DISCRIMINAÇÃO
1ª- Estudo de Perfil do Agricultor	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de Sensibilização da sociedade local (Parceria a nível municipal, estadual e federal); • Reunião de Mobilização da Localidade/Comunidade; • Seleção/Cadastro dos Agricultores (aplicação de questionário socioeconômico, produtivo e ambiental), visita técnica e localização do lote através de demarcação de ponto de GPS; • Oficina de Diagnóstico Rural Participativo – DRP; • Validação do DRP.
2ª- Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação do Viveiro para Produção de Mudas; • Técnicas em Produção de Mudas (início da prática de produção de mudas); • Implantação de Sistema Agroflorestal – SAFs comerciais; • Dia de Campo: Demonstrativo de Preparo de Área Mecanizado.
3ª- Plantio	<ul style="list-style-type: none"> • Preparo de Área mecanizada com incorporação de calcário para correção do solo; • Plantio do SAF; • Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação.

Resultados alcançados em 2020

As ações de campo afetas aos projetos têm como característica a participação coletiva do público beneficiário (agricultores familiares) e as atividades previstas para o 1º semestre teve sua execução bastante prejudicada em razão das medidas de isolamento social imposta pela COVID 19. Mesmo assim e contando com empenho dos servidores e participação das Instituições parceiras ainda foi possível realizar:

- 17 (dezesete) novos viveiros instalados;
- 2.197.237 (dois milhões cento e noventa e sete mil e duzentos e trinta e sete) mudas produzidas com destaque para: Açai, Cacau, Cupuaçu, Pupunha, Muruci, Paricá, Andiroba, Cumaru, Maranhoto e outras;
- 604.391 (seiscentos e quatro mil e trezentos e noventa e um) Sementes distribuídas (Açai, Cacau, Cupuaçu, Pupunha, Muruci, Paricá, Andiroba, Cumaru, Maranhoto e outras).

A utilização das mudas de **Açai e Cacau** nos arranjos de Sistemas Agroflorestais vem materializando a contribuição do Instituto para expansão e verticalização dessas duas importantes cadeias produtivas no Estado. Destaca-se ainda, a grande relevância da colaboração e participação das Intuições parceiras (Embrapa, CEPLAC, Emater-Pará, Prefeituras, Associações, Cooperativas, Sindicatos, Empresas, etc.) para o alcance das metas físicas previstas no PPA.

- 30 (trinta) capacitações realizadas em produção de mudas; poda de cacauzeiros; prática de enxertia, implantação de Sistema Agroflorestal-SAFs e Sistema de Irrigação beneficiando cerca de 450 (quatrocentos e cinquenta) pessoas (Técnicos de Prefeitura, Agricultores e Estudantes de graduação);
- 460 (quatrocentos e sessenta) hectares de preparo de área mecanizada e distribuição de calcário, beneficiando 460 agricultores familiares em todas as regiões de integração do estado;
- Participação em fóruns de debate e construção de políticas públicas afins (PEAA, PEMC, CEDRS, PEMFCF);



Figura 08: Produção de mudas



Figura 09: Mecanização agrícola



Figura 10: Propriedade com plantio em SAF

Tabela 03: Execução Orçamentária e financeira na Ação de Produção e Recomposição Florestal

FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	PROVISÃO FUNDEFLOR	EMPENHADO	LIQUIDADADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
0261 - RECURSOS PRÓPRIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			57.350,00	57.350,00	0	100
0661 - SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.044.860,00		939.716,94	787.983,84	105.143,06	90
0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.555.900,22	2.090.563,79	462.686,66	465.336,43	82%
0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	INVESTIMENTOS		341.015,67	201.724,55	26.100,00	139.291,12	59%
TOTAL		1.044.860,00	2.896.915,89	3.289.355,28	1.334.120,50	709.770,61	

Considerações Tabela 03:

- Os recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram executados recursos provenientes do superávit das fontes de recursos próprios do IDEFLOR-BIO, houve apenas uma execução orçamentária no montante de **57.350,00** (cinquenta e sete mil trezentos cinquenta reais) na fonte de recursos próprios do ano corrente;
- Foram executados **90%** (noventa por cento) de recursos orçamentários em relação aos recursos empenhados/ dotação suplementar na UG 79201-IDEFLOR-Bio;
- As provisões orçamentárias são realizadas na UG 790202 – FUNDEFLOR, em relação os recursos realizados pelo FUNDO nesta ação , foram **79%** (setenta e nove por cento) de execução em relação aos recursos empenhados/provisões de recursos orçamentários realizados;
- O Total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-BIO, nesta ação foi de **83%** (oitenta e três por cento) considerando o empenhado / dotação suplementar e provisões nas UGs do IDEFLOR-Bio E FUNDEFLOR.

OBJETIVO 3: ORDENAR O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

AÇÕES FINALÍSTICAS IDEFLOR-Bio DO OBJETIVO 3:

1 – ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E INSTRUMENTO PARA CONSERVAÇÃO E
MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE

2 – GESTÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1 – ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E INSTRUMENTO PARA CONSERVAÇÃO E
MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE

Meta OGE 2020 - 06 Estudos Elaborados

Meta alcançada / 2020 - 06 Estudos Elaborados

As Unidades de Conservação da Natureza no Estado do Pará somam 122 (cento e vinte e duas), sendo 51 (cinquenta e uma) federais, gestão do ICMBio; **26 (vinte e seis) estaduais, gestão do IDEFLOR-Bio**; 39 (trinta e nove) municipais, sendo que apenas 08 (oito) estão no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) e 06 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), alcançando **41.277.757,67** hectares ou **33,08%** do território paraense. As Terras Indígenas são em número de 65, alcançando aproximadamente **25%** do território paraense. Os Territórios Quilombolas cobrem pequenos espaços do território paraense, segundo o ITERPA são 97 somando 484.035,21 hectares e a Fundação Cultural dos Palmares, indica 254 somando 346.310,94 hectares. Outros dados indicam um percentual não superior a **0,60%** do Pará. As Forças Armadas, entre outras, destacam-se 02 (duas) grandes áreas somando 2.311.600,00 hectares ou **1,85%** do Pará. Resultando em aproximadamente em **60,50%** do território do estado do Pará como Áreas Legalmente Protegidas, sendo que apenas **10,23%** são de Unidades de Conservação de Proteção Integral, espaço que efetivamente garante a preservação da biodiversidade sob a gestão dos Poderes Executivos, bem de uso comum indireto do povo brasileiro.

Em 2020 foi programado no PPA SEIS ESTUDOS para a Criação de Unidades de Conservação: 1) Estudos para Criação de Unidades de Conservação na Zona Costeira/Mar Territorial do Marajó / municípios de Soure e Chaves; 2) Estudos para Criação de Unidades de Conservação no Marajó Central / municípios de Muaná e Ponta de Pedras; 3) Estudos para Criação de Unidades de Conservação em São João de Pirabas; 4) Estudos para Criação de Unidades de Conservação em Abaetetuba; 5) Apoio à Criação e Recategorização de Unidades de Conservação Municipais em

Bragança; 6) Apoio à Criação e Recategorização de Unidades de Conservação Municipais em Jacareacanga; 7) Elaboração da minuta de Decreto ou Lei do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC); e, 8) Roteiro Metodológico para Criação de Unidades de Conservação Municipais.

Abaixo seguem os **06 (seis) estudos estabelecidos e concluídos** e outras Atividades/Projetos desenvolvidos em 2020.

ROTEIRO METODOLÓGICO PARA A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA ESTADUAIS E MUNICIPAIS DO PARÁ DO ESTADO DO PARÁ

DESCRIÇÃO	
Objetivo	Sistematizar e consolidar o processo de criação de Unidades de Conservação (UCs) no estado do Pará, assim como subsidiar as Secretarias Municipais de Meio Ambiente com informações para a criação de UCs Municipais, a fim de incrementar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e contribuir para uma melhor compreensão por parte da sociedade da necessidade de conservar amostras representativas dos ecossistemas do estado do Pará para às presentes e futuras gerações.
Região de Integração/Município	Região Guajará/ Belém
STATUS 2020	
Atividades realizadas	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de oficina em 10 e 11/04/2013; oficina em 27 e 28/06/2013; texto base; vídeos; fotos de oficinas de 2013; memórias de roteiro de criação de UC; minutas do roteiro; e anexos. • Consolidação e edição da Minuta do Roteiro Metodológico para a Criação de Unidades de Conservação do Estado do Pará.
	Estudo Concluído

SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

DESCRIÇÃO	
Objetivo	Regulamentar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação-
Região de Integração/Município	Região Guajará/ Belém
Esfera	Estadual
Apoio	SEMAS, EMATER, ITERPA, WWF.
STATUS 2020	
Atividades realizadas	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização da Minuta de Criação do SEUC no Google Docs para que os membros do Grupo de Trabalho pudessem indicar sugestões e alterações no documento; • Elaboração de tutorial ilustrativo com orientações de uso da ferramenta Google Docs, disponibilizado a todos os membros do Grupo de Trabalho; • Revisão da Minuta de Decreto do SEUC, com inclusão de definições, correção ortográfica, substituição de termos, readequação do texto a partir de contribuições técnicas de membros do Grupo de Trabalho; • Elaboração da Minuta do Tutorial da Minuta de Decreto, descrevendo o histórico de construção da minuta com ênfase a partir do mês de março de 2020; • Ajustes junto a PROJUR da minuta de como inserir no Caput o Decreto nº 941, de 03 de agosto de 2020, artigo 5º, inciso VI - Plano Estadual / Amazônia Agora, assim como no Art. 36, § 3º - UCs em processo de criação e no Art. 52, inciso IV; • Articulação junto a sema para apreciação do documento; • Reunião para ajustes e consolidação do documento
Estudo Concluído	<ul style="list-style-type: none"> • PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. Tutorial e Minuta de Decreto do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza Estaduais. IDEFLOR-Bio. Belém, 2020. 46p

SEUC- SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Órgão Gestor e Executor: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade – IDEFLOR-Bio, com as funções de coordenar a implantação do SEUC, propor a criação e fazer a implementação e gestão das Unidades de Conservação estaduais, em parceria com a sociedade civil, através dos conselhos das Unidades de Conservação do Estado do Pará e os órgãos municipais responsáveis pela gestão de Unidades de Conservação municipais.

Finalização do Anteprojeto de Lei que institui a Política Estadual sobre o SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Pará.

Compõem a Política Estadual sobre Unidades de Conservação:

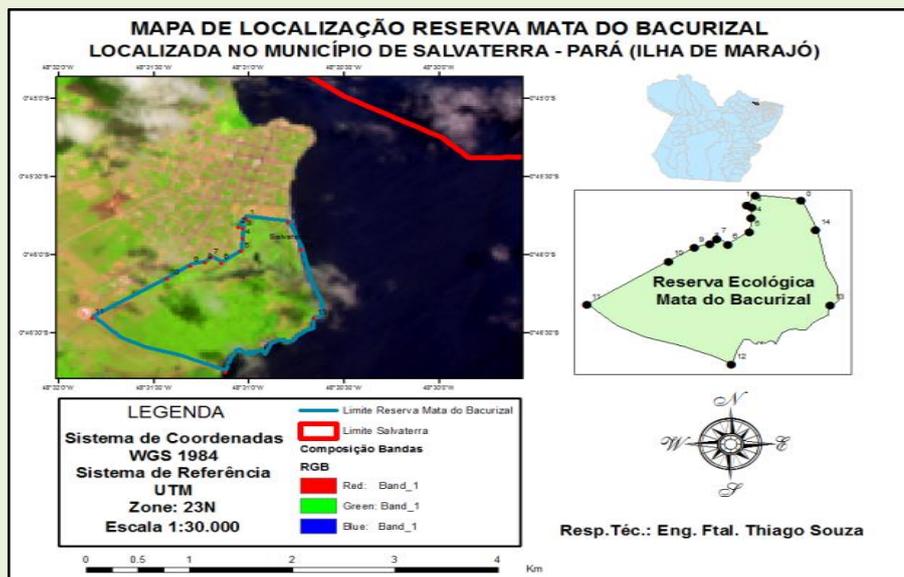
- I – a criação, implementação e gestão;
- II – instrumentos da pesquisa científica;
- III – instrumentos de sustentabilidade financeira;

Informamos que o IDEFLOR-Bio esta em fase de finalização do Anteprojeto de Lei que institui a Política Estadual sobre o SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Pará.

APOIO À RECATEGORIZAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA MUNICIPAL - RESERVA ECOLÓGICA DA MATA DO BACURIZAL E DO LAGO CARAPARÚ / SALVATERRA

FICHA TÉCNICA	
Objeto de Recategorização	Unidade de Conservação da Natureza Municipal
Esfera Institucional	Municipal
Grupo	Uso Sustentável
Categoria de Manejo	Reserva Ecológica da Mata do Bacurizal e do Lago Caraparú
Lei de Criação	Lei Municipal nº 109 em 19/06/1987
Objetivos	Conter o avanço de ações antrópicas no ecossistema conhecido como Mata do Bacurizal próximo à sede do município de Salvaterra.
Área e Localização	235ha. Mesorregião do Marajó/ Microrregião do Arari/ Região de Integração Marajó/ Município de Salvaterra . Limitando-se ao norte com o bairro coqueirinho, ao Sul com a estrada do São João a Leste com a Baía do Marajó e a Oeste com a PA-154.
Indicação para a Recategorização	Câmara Municipal de Vereadores de Salvaterra - CMS

Bioma e Ecossistemas	Bioma Amazônico. Cobertura vegetal formada por floresta primária e capoeiras em diferentes estágios de regeneração, resultantes da ação antrópica ocorrida há alguns anos. Nas áreas sob influência de inundação predominam macrófitas, mururés e juncos recobrendo parte do lago ali existente. E os manguezais na extremidade leste onde são visíveis as espécies típicas dessa formação pioneira, a <i>Rhizophora mangle</i> nítida.
Benefícios Econômicos	ICMS Ecológico. Ecoturismo.
Proposta do IDEFLOR-Bio	Recategorização da Unidade de Conservação da Natureza Municipal Reserva Ecológica da Mata do Bacurizal e do Lago Caraparú de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), dentro do Grupo de Proteção Integral e do Uso Sustentável, a partir da elaboração de diagnóstico da situação fundiária da área, diagnóstico ambiental e socioeconômico, assim como a realização de consulta pública, para que a população e os poderes locais possam participar das discussões sobre o processo de recategorização da unidade e se comprometam com a preservação e conservação do local.
Órgão Responsável pela Gestão	Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA/PMS End: Travessa Paulo Ribeiro, nº 11 – Bairro: Centro CEP: 68.860-000 – Salvaterra/PA
STATUS 2020	
Atividades realizadas	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com a Câmara Municipal de Vereadores de Salvaterra para apresentar o processo de recategorização da Unidade; • Levantamento de Informações biológicas da área; • Reunião de apresentação para o Ministério Público do Estado – MPE • Georreferenciamento da área, registro de coordenadas de GPS, registro fotográfico dos pontos coletados e elaboração de mapas.
Estudo Concluído	



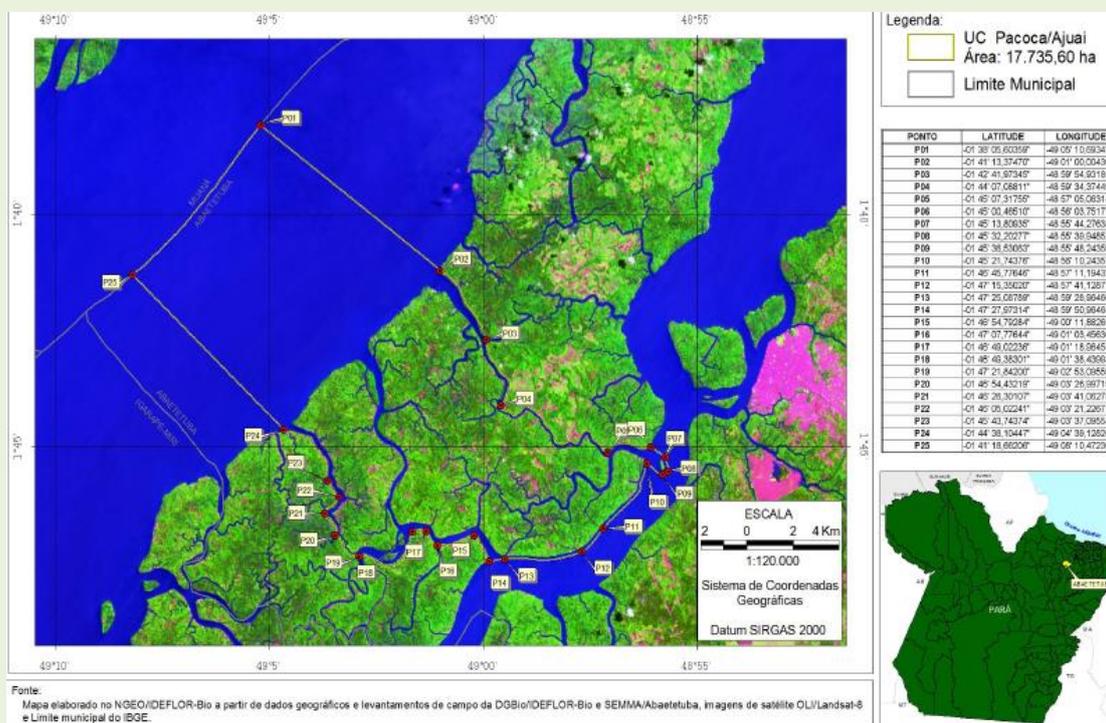
Mapa 01: Reserva Mata do Bacurizal

criação de unidade de conservação no município de Abaetetuba

FICHA TÉCNICA	
Ato Legal de Criação	Decreto ou Lei Municipal
Esfera Institucional	Municipal
Região de Integração/Município	TOCANTINS/Abaetetuba. Mesorregião Nordeste Paraense. Microrregião de Cametá. Bacia Hidrográfica Tocantins. Zona Costeira Amazônica.
Grupo	Proteção Integral e Uso Sustentável
Áreas Indicadas	<p>1. Ilha da Pacoca e Ajuai: UC 17.135,60 ha. Estão inseridas nos acidentes geográficos relevantes no contexto amazônico como os Rios Tocantins, Pará e Maratauíra, assim como a Bacia do Marajó. Compõem o complexo de ilhas de relevância ambiental e cultural para a região e para o município de Abaetetuba.</p> <p>2. Rio Arienga: UC 435,00 ha. Sua margem direita encontra-se no município de Barcarena e sua margem esquerda no município de Abaetetuba. Constituindo-se em importante marco ecológico e de referência social para a região.</p>
Objetivo	<p>1. Ilha da Pacoca e Ajuai: Conservar os recursos naturais, visando o uso sustentável pelas comunidades locais e a conservação do Patrimônio Cultural.</p> <p>2. Rio Arienga: Conservar a Bacia Hidrográfica do Rio Arienga, recuperando e preservando a sua Área de Preservação Permanente (APP).</p>

Responsabilidade da Área e Amparo Legal	União (SPU). Prefeitura Municipal de Abaetetuba.
Indicação para criação	IDEFLOR-Bio e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Abaetetuba.
Bioma e Ecossistemas	Bioma Amazônico. Macrobaçia do Rio Tocantins. Bacia do Rio Pará (Baía do capim). Com ecossistemas aquáticos de água doce barrentas e florestas de várzeas baixa e alta.
Marcos Relevantes	Rios e Complexos de Ilhas.
Benefícios Econômicos	Alto. Geração de emprego e renda para o município por meio do ecoturismo. ICMS Ecológico. Investimento Governamental (Municipal, Estadual, Federal). Captação de Recursos de Compensação Ambiental, advindos da instalação de empreendimentos de grande impacto Ambiental.
Aderência ao Código Florestal/Proteção de Vegetação Nativa	Alto. Área de Preservação Permanente (APP). Lei nº 12.651/2012 e Lei nº 12.727/2012.
Nome das Unidades	A definir. Aprovação em Consulta Pública.
Apoio	Prefeitura Municipal de Abaetetuba/Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEIA); Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio) / Diretoria de Gestão da Biodiversidade (DGBio)/ Instituto Federal do Pará – IFPA.
Órgão responsável pela Gestão da UC	IDEFLOR-Bio/DGMUC. Prefeitura Municipal de Abaetetuba/SEMEIA.
STATUS 2020	
Estudos em Andamento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Fundiário. 2. Elaboração do Diagnóstico Biológico 3. Elaboração do Diagnóstico de Infraestrutura e Saneamento Básico.
Levantamentos realizados	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa mediante submissão de Ofícios, mapas e <i>Shapes</i> em meio digital para órgãos fundiários, solicitando manifestação oficial sobre a situação fundiária de Assentamentos Agroextrativistas e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEX), assim como Territórios Quilombolas (TQ) e outras modalidades pertinentes à questão, das áreas onde serão criadas as UCs em Abaetetuba. • INCRA: Ofício nº 017/2020 – DGBIO/GAB/IDEFLOR-Bio, de 15 de

	<p>janeiro de 2020. Protocolo nº 2020/37802, de 17/01/2020;</p> <ul style="list-style-type: none"> ITERPA: Ofício nº018/2020- DGBIO/GAB/IDEFLOR-Bio, de 15 de janeiro de 2020;
Estudo Concluído	<p>PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. PEREIRA, N.G.P., OLIVEIRA, R.A., MAGALHÃES, J.L.L., EMIN, R., COSTA, A.C. 2020 Diagnóstico Biológico das Áreas Proposta para Unidade de Conservação da Natureza em Abaetetuba. IDEFLOR-Bio. Belém, 2020, 100p.</p>



Mapa 02: Mapa parcial das áreas propostas para criação de Unidades de Conservação nas ilhas, município de Abaetetuba.

Fonte: DGBio.

LEVANTAMENTO FLORÍSTICO NAS DUNAS E LAGOS DA APA ALGODOAL/MAIANDEUA

DESCRIÇÃO	
Objetivo	Preservar e Proteger a Biodiversidade.
Região de Integração/Município	Guamá/ Maracanã
STATUS 2020	
Atividades realizadas	<ul style="list-style-type: none"> • Expedições de campo para levantamento de dados • Identificação do material coletado; • Tratamento das fotos; • Elaboração do layout do guia; • Elaboração do TDR para contratação de gráfica e diagramação.
Estudo Concluído	PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. PARÁ. BOELTER, C.R., JUNIOR. J.A.F. ,MAGALHÃEs, J.L.L. ,PEREIRA, N.G.P. , ANTONIO-JOSÉ, R., COSTA. A. C., OLIVEIRA. R.A., EMIN, R. Estudo da Biodiversidade Vegetal da APA Algodoal/Maiandeua – Elaboração do Guia Florístico. IDEFLOR-Bio. Belém, 2020. 25p.



Figura 11: Levantamento de campo nos diversos ecossistemas da APA Algodoal/Maiandeua

ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO TERRITORIAL PARA AS ESPÉCIES AMEAÇADAS
DA REGIÃO DO XINGÚ – PAT XINGÚ

DESCRIÇÃO	
Objetivo	Preservar e Proteger a Biodiversidade.
Região de Integração/Município	Guajará/Belém
Apoio	Projeto PRO-ESPÉCIES – MMA/WWF
STATUS 2020	
Atividades realizadas	<ul style="list-style-type: none"> • Assinatura do Convenio com WWF –Brasil (parceiro); • Levantamento das referencias bibliográficas; • Elaboração do POA; • Articulação com a WWF para aquisição de equipamentos; • Contratação de empresa facilitadora, moderação, relatoria para oficinas: preparatória e do PAT (propriamente dito); • Realização da Oficina Preparatória; • Relatoria da oficina Preparatória; • Realização da Oficina de Elaboração do Plano de Ação para as Espécies Ameaçadas da região Xingu – PAT Xingu.
Estudo Concluído	PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. Carillo, A., Catapan, M., Vereza, R., Arantes, A., Pereira, N.G.P., Oliveira, R.A., Emin, R., Magalhães, J.L.L. Relatório da Reunião Preparatória do PAT Xingu. Neotropica & IDEFLOR-Bio, Belém, 2020. 76p.

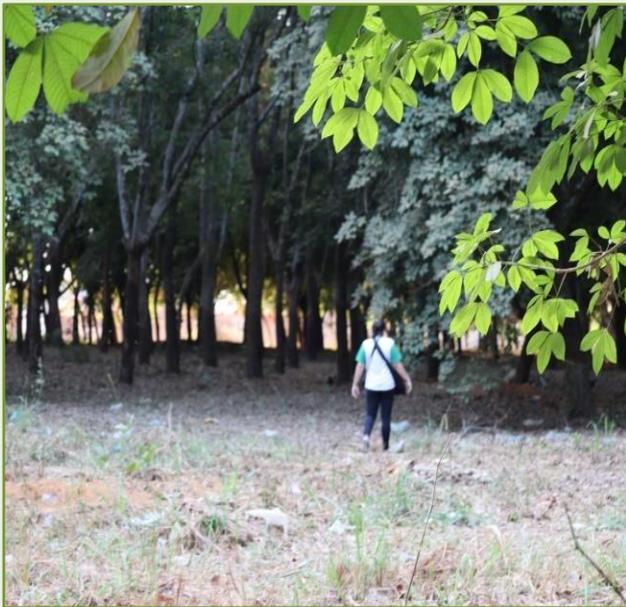


Figura 12: Expedição Biológica – levantamento de Fauna e Flora

RESUMO DOS ESTUDOS ELABORADOS/2020

Nº	ESTUDOS	MUNICÍPIO	ANÁLISE
01	Roteiro Metodológico para a Criação de Unidades de Conservação Estaduais e Municipais	Belém	Foi possível concluir a elaboração e consolidação do Roteiro Metodológico para a Criação de Unidades de Conservação Estaduais e Municipais do estado do Pará. Em fase de impressão e publicação no site do IDEFLOR-Bio.
02	Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza.	Belém	A minuta do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza foi elaborada, amplamente discutido por todas as unidades administrativas do IDEFLOR-Bio, consolidado, encaminhado para a SEMAS por meio de reunião Institucional e transformado em Minuta de Projeto de Lei.
03	Apoio à recategorização de Unidade de Conservação da Natureza Municipal Reserva Ecológica da Mata do Bacurizal e do Lago Caraparú	Salvaterra	Estudo para recategorização de Unidade de Conservação da Natureza Municipal Reserva Ecológica da Mata do Bacurizal e do Lago Caraparú, foi elaborado, apresentado para a Câmara de Vereadores de Salvaterra e Ministério Público do Estado, aguardando o posicionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Prefeitura de Salvaterra para a continuação.
04	Apoio de Criação de UC Municipal no Município de Abaetetuba	Abaetetuba	O planejamento e objetivos estabelecidos para cumprimentos desta meta foram cumpridos. Realizadas as expedições previstas. As dificuldades o término de contrato de dois biólogos que tinham realizado as expedições antes da elaboração dos relatórios, porém os servidores posteriormente contratados assumiram a responsabilidade de elaboração dos relatórios a partir das referências e principalmente dados levantados e executaram essa função de maneira excelente.

05	Levantamento Florístico nas dunas e lagos da APA Algodual/Maiandeuá	Maracanã	O planejamento e objetivos estabelecidos para cumprimentos desta meta de Elaboração de Estudo foram cumpridos e concluídos dentro do prazo estipulado. Foram realizadas todas as expedições previstas para o processo de elaboração do estudo (finalizado), porém para a etapa 02 deste projeto a ser realizado em (2021) constatou-se que ainda há a necessidade de pelo menos uma expedição.
06	Plano de Ação Territorial para as Espécies Ameaçadas da Região Do Xingú – PAT Xingú	Belém	Os objetivos estabelecidos para cumprimentos desta meta foram cumpridos dentro do prazo estipulado. Porém houve empecilhos na execução desta meta a pandemia da Covid/19, pois a princípio o planejado oficinas presenciais, apesar das dificuldades de adaptação na realização de oficinas virtuais os objetivos foram alcançados na elaboração do Plano de Ação Territorial para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção como havíamos previsto.

Tabela 04: Execução Orçamentária e financeira na Ação de Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para Conservação e Monitoramento da Biodiversidade

FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	PROVISÃO FUNDEFOR	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
0661 - SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	140.000,00		27.729,56	14.961,22	112.270,44	20%
0316- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	177.000,00		53.088,48	51.600,27	123.911,52	43%
TOTAL		317.000,00	0	80.818,04	66.561,49	236.181,96	

Considerações Tabela 04.

- Os recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram executados com os recursos provenientes do superávit das fontes de recursos próprios do IDEFLOR-BIO;
- Foram executados **20%** (vinte por cento) de recursos orçamentários em relação aos recursos empenhados/ dotação suplementar na UG 79201-IDEFLOR-Bio;

- Foram executados **43%** (quarenta e três por cento) de recursos orçamentários em relação aos recursos empenhados/ dotação suplementar na UG 79203 do FCA – Fundo de Compensação Ambiental
- O Total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-Bio, nesta ação foi de **25%** (vinte e cinco por cento) considerando o empenhado / dotação suplementar nas UGs do IDEFLOR-Bio e FCA.

2 – GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As Unidades de Conservação são criadas com o objetivo de preservar o patrimônio ambiental e salvaguardar atributos biológicos, físicos e arqueológicos para a manutenção dos ecossistemas, bem como garantir às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais e propiciar às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.

O Estado do Pará avançou consideravelmente na criação e gestão de Unidades de Conservação (UCs) nos últimos anos e originou mais cinco, elevando o total de áreas protegidas legalmente criadas a **20.984.611,65 ha**, distribuídas em **26 unidades**, correspondendo a um terço de seu território.

A Região Administrativa do Xingu realizou a gestão de 04 (quatro) Unidades de Conservação, a saber, a Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu (Altamira e São Félix do Xingu), localizada na região do Araguaia; a Floresta Estadual do Iriri, o Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souzel, localizados na região do Xingu.

Na **Área de Proteção Ambiental - APA Triunfo do Xingu**, criada pelo Decreto Estadual nº. 2.612 de 04 de dezembro de 2006, possuindo uma área total de **1.679.280,52 ha**, na qual 1.102.779,30 ha (66%) situam-se no município de São Félix do Xingu e **576.501,22 ha** (34%) no município de Altamira. Essa Unidade de Conservação integra o grande Mosaico de Áreas Protegidas da Terra do Meio, constituído por UCs Federais e Estaduais, além de Terras Indígenas na região do Xingu. Os principais objetivos da APA Triunfo do Xingu são: proteger a diversidade biológica; disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. As regras de uso das áreas sob domínio público são instituídas pelo órgão gestor, e as áreas privadas deverão seguir a legislação vigente. A APA Triunfo do Xingu destaca-se pelas belezas cênicas, a biodiversidade características das Florestas Úmidas do Interflúvio Tapajós-Xingu e pelo vasto conhecimento das populações locais na agricultura de pequeno porte, extrativismo, pecuária e no processamento de produtos agropecuários.

No verão, o rio Xingu proporciona agradáveis áreas de lazer nas praias e ilhas, atraindo turistas de diversas regiões do Estado e, além disso, possibilita atividades de pesca esportiva.

Na **Floresta Estadual do Iriri - FLOTA Iriri**, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.606, de 04/12/2006, localizada integralmente no município de Altamira e abrange uma área de **440.493 ha**. É uma unidade de uso sustentável que tem como limites Terras Indígenas no norte e no sul, Estação Ecológica da Terra do Meio ao leste e FLONA de Altamira ao oeste. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade. A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração. A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecida e àquelas previstas em regulamento.

No **Refúgio de Vida Silvestre - REVIS Tabuleiro do Embaubal**, criado através do decreto nº 1.566 de 17 de junho de 2016, possui área de **4.033,94 hectares** e está localizado no município de Senador José Porfírio, distante aproximadamente 906 km da cidade de Belém. O REVIS é uma categoria de proteção integral, onde não são permitidos os usos indiretos dos recursos naturais que tem como objetivo central a proteção das áreas de desova da tartaruga da Amazônia e assim garantir a manutenção das espécies nos ecossistemas amazônicos, já que são animais migradores que partem de vários locais para desovar no Tabuleiro do Embaubal.

Na **Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS - Vitória de Souzel**, com **22.956,88 hectares**, essa RDS é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais e tem como objetivo básico preservar a natureza, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. Foram realizadas, nove ações de Educação Ambiental.

A Região Administrativa Tucuruí é constituída pelo chamado Mosaico do Lago de Tucuruí (mosaico criado pela Lei Estadual nº. 6.451, de 08/04/2002), formado pelas Unidades de Conservação **Área de Proteção Ambiental - APA Lago de Tucuruí** com **503.490 hectares**, **Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Alcobaça** com **26.128 hectares** e **Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Pucuruí-Ararão** com **29.049 hectares**. O Mosaico Lago de Tucuruí foi criado pela Lei

Estadual nº. 6.451, de 08 de abril de 2002. O Mosaico Lago de Tucuruí é considerado o primeiro Mosaico de Unidades de Conservação constituído na Amazônia Legal, tendo sido criado em decorrência da mobilização dos moradores locais, em função dos impactos ambientais e socioculturais causados pela implantação da maior usina hidrelétrica genuinamente brasileira: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O **Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas - PESAM**, é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, localizada integralmente no município de São Geraldo do Araguaia, criado pela Lei Estadual nº. 5.982, de 25 de julho de 1996 e possui uma área com forma de um polígono irregular de **24.897,38 hectares**.

A **Área de Proteção Ambiental de São Geraldo do Araguaia – APA Araguaia**, é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, localizada integralmente no município de São Geraldo do Araguaia, região sudeste do Estado do Pará, foi criada pela Lei Estadual nº. 5.983, de 25 de julho de 1996 e possui uma área com forma de um polígono irregular de **29.655,39 ha**. Na APA Araguaia, encontram-se sítios arqueológicos, cavernas, grutas, figuras rupestres, trilhas e cachoeiras.

O monitoramento da biodiversidade no interior de Áreas Protegidas constitui uma atividade essencial para a gestão estratégica do PESAM e da APA Araguaia, em especial os grupos de indicadores que apresentam relevância para orientar decisões sobre ações preventivas e mitigadoras dos efeitos da interferência humana no ambiente. Para realização deste monitoramento foi seguido o protocolo definido pelo ICMBio (através do programa ARPA), no qual contempla os seguintes grupos: Aves e Mamíferos; Borboletas frugívoras e plantas lenhosas.

A região Administrativa de Belém é formada pela **APA da Região Metropolitana de Belém**, com uma área de **7.500 ha** e cuja área de abrangência reúne os municípios de Belém e Ananindeua; **APA da Ilha do Combu**, localizada na região insular da capital do Estado, com uma área total de **1.500 ha**; o **Refúgio de Vida Silvestre MetrÓpole da Amazônia**, com uma área total de **6.367,27 ha**, que abrange os municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Isabel do Pará e pelo **Parque Estadual do Utinga**, entre os municípios de Belém e Ananindeua, possui uma área total de **1.393,09 hectares**.

A **Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém - APA Belém**, foi criada por meio do Decreto Estadual nº 1.551, de 03/05/1993 e está localizada nos municípios de Belém e Ananindeua. A APA Belém é uma Unidade de Conservação classificada como de uso sustentável, sendo admitido o uso direto dos seus recursos naturais, através de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais. No território da APA não são permitidas atividades de terraplanagem, mineração,

dragagem e escavação que venha causar danos ou degradação do meio ambiente e/ou perigo para pessoas ou para o meio ambiente, e nem qualquer atividade industrial, potencialmente capaz de causar poluição, segundo Decreto Estadual 1.551/1993. O território da APA é propício para a realização de atividades de contemplação da natureza, através de caminhadas e passeios de barco. Possui rica avifauna – destacando o papagaio do Mangue ou “Curica” como pássaro mais comum na ilha. A comunidade científica também é visitante assídua da Unidade de Conservação, dezenas de pesquisas científicas são realizadas anualmente na APA.

O **Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia**, foi criado através do Decreto nº. 2.211 de 30/03/2010 e está localizado na Região Metropolitana de Belém (RMB). A Unidade tem como principal objetivo proteger ambientes naturais para que sejam asseguradas condições de existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna residente ou migratória. Também tem como missão contribuir para a manutenção dos serviços ambientais, bem como garantir os processos ecológicos naturais, além de conservar parte dos 31% restantes de florestas primárias da RMB, confirmando seu grande destaque para conservação ambiental no Estado. O REVIS possui ecossistemas aquáticos (6,5%) que contemplam o rio Guamá, pequenos furos e igarapés; ecossistemas de terra firme (25,7%) que contemplam capoeiras, pastagens abandonadas, assim com as plantações de seringueira e urucum; e ecossistemas de várzea (67,8%), contemplando florestas preservadas.

Na **Área de Proteção Ambiental - APA da Ilha do Combu**, sua área de **15,972 Km²** apresenta ecossistema típico de várzea de grande beleza cênica, com paisagem florestal exuberante, formada por um mosaico peculiar de espécies florestais, além de seus cursos d'água, como os rios Bijogó, Guamá e Acará, o furo da Paciência e os igarapés do Combu e do Piriquitaquara. Sua população gira em torno de 1.500 (um mil e quinhentos) habitantes, que vivem basicamente da pesca e do extrativismo dos recursos da floresta, sobretudo o açaí, que pode ser encontrado por toda a ilha. Através da Lei Estadual nº 6.083 de 13/11/1997, a Ilha do Combu foi reconhecida como área especialmente protegida, com o objetivo de proteger e restaurar a diversidade biológica, os recursos genéticos, as espécies ameaçadas de extinção, bem como a promover o desenvolvimento sustentável, através do ordenamento dos recursos naturais e da melhoria da qualidade de vida da comunidade local. A APA é incluída em alguns roteiros turísticos fluviais de curta duração, ofertados por operadoras turísticas da região urbana de Belém e os moradores da região urbana de Belém também costumam frequentar o local nos fins de semana, em embarcações particulares.

O **Parque Estadual do Utinga – PEUt**, o Parque criado pelo Decreto Estadual nº 1.552/93, já passou por várias fases, iniciando com a proteção dos Lagos Bolonha e Água Preta, que abastecem entre 60% a 80% da população da região Metropolitana de Belém. Um dos projetos de elevada

importância no Parque diz respeito à reintegração seguida de solturas das Ararajubas, espécies ameaçadas de extinção local, que não se via há aproximadamente meio século. Hoje o Parque se depara com a presença em média de 6.000 (seis mil) visitantes/mês, que saem sensibilizados e com maior conhecimento voltado para a importância da proteção ambiental como bem comum a toda a população. O Parque Estadual do Utinga (PEUt) é o maior símbolo da diversidade biológica existente na Região Metropolitana de Belém (RMB). Ele está situado dentro do Centro de Endemismo Belém, que chama a atenção por uma rica biodiversidade, mas também por ser uma das regiões mais ameaçadas da Amazônia Legal, já que acompanha o crescimento da segunda maior zona urbana do Norte do país. Nas últimas décadas, a RMB sofreu um grande crescimento populacional e a ocupação desordenada gerada por esse crescimento ocasionou a fragilidade ambiental de extensas áreas, com efeitos diretos no saneamento, na saúde e na qualidade de vida de diversas pessoas.

Na região Administrativa do Marajó formada pelas UCs **Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó e Parque Estadual do Charapucu**.

A **Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó** com 5.500.000 ha, é uma Unidade de Uso Sustentável, criada a partir do Art. 13, § 2º, da Constituição do Estado do Pará de 1989. É considerada a maior Unidade de Conservação na costa norte do Brasil. Pertence ao Arquipélago do Marajó. A APA Marajó representa uma das regiões mais ricas do país em recursos hídricos e biológicos. A dinâmica das correntes de marés e fluviais, juntamente com outros fatores bióticos e abióticos colabora para a ocorrência de espécies altamente adaptadas a região. A vegetação do Arquipélago do Marajó tem influência direta da hidrografia, constituído por: Floresta ombrófila densa (aluvial e terras baixas); área de formação pioneira (várzea, campos salinos, manguezal e restinga); savana ou campo; área de tensão ecológica (savana/floresta ombrófila). Possui espécies representantes típicos da Amazônia como a piquiarana (*Caryocar glabrum*), cedro (*Cedrela odorata*), tauari (*Couratari multiflora*), jatobá (*Hymenaea courbari*), maçaranduba (*Manilkara huberi*), castanheira (*Bertholletia excelsa*), ucuúba (*Virola surinamensis*), açai (*Euterpe oleraceae*), buriti (*Mauritia flexuosa*), entre outras. A paisagem e a rotina de vida das populações marajoaras são alteradas durante o período chuvoso, quando as várzeas e campos baixos do Marajó são inundados por 3 a 4 meses.

A fauna Marajoara destaca-se por abrigar espécies marinhas e de água doce, apresentando grande diversidade de animais terrestres e aquáticos. Destaca-se a coexistência de duas espécies de peixe-boi, o marinho (*Trichechus manatus*) e o amazônico (*Trichechus inunguis*), fenômeno que ocorre em poucos lugares do mundo. Sendo que as duas estão na lista de espécies ameaçadas de extinção. Ressalta-se também a presença de espécies exóticas, como o búfalo, que se tornou símbolo da ilha.

O **Parque Estadual do Charapucu - PEC**, unidade de Proteção integral. O PEC é uma Unidade de Proteção Integral, criada a partir do Decreto Estadual nº. 2.592 de 09/11/2010, formando uma área protegida de **65.181,94 hectares**. Localiza-se no município de Afuá, no Arquipélago do Marajó, conhecido por seus moradores como “Veneza da Ilha do Marajó”, por apresentar diversos canais e palafitas. A hidrografia tem influência direta sobre os moradores dessa região, apresentando grande importância econômica e ecológica, destaca-se como o único meio de comunicação e transporte entre as vilas. As principais atividades da população local são a pesca, extração vegetal e agricultura. Os objetivos da UC são a conservação da biodiversidade, preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Além de implementar projetos de turismo ecológico, pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental.

A Região Administrativa da Calha Norte I é constituída por duas Unidades de Conservação de Proteção Integral: **Parque Estadual Monte Alegre - PEMA** e **Área de Proteção Ambiental Paytuna** localizadas nos municípios de Monte Alegre.

A **Área de Proteção Ambiental Paytuna - APA Paytuna**, criada pela Lei Estadual no. 6.426 de 17 de Dezembro de 2001 possui uma área de **58.251 ha** e está localizada integralmente no município de Monte Alegre. A APA Paytuna tem o objetivo principal de conservar e recuperar os ecossistemas naturais, visando à melhoria da qualidade de vida das populações humanas locais, por meio do desenvolvimento de atividades pautadas na conservação ambiental, no ordenamento territorial e na sustentabilidade produtiva. A APA reúne um conjunto de atrativos altamente relevantes no aspecto paisagístico e de grande beleza natural, apresentando sítios arqueológicos de cerâmica, cavidades naturais, formações rochosas de onde é possível observar panoramicamente lagos naturais que circundam a área, além da vegetação de cerrado, contando com a ocorrência de mini samambaia e mini avencas, atributos que despertam o interesse para o ecoturismo, pesquisa científica, recreação e educação ambiental. Além disso, atividades produtivas são desenvolvidas dentro do território da APA, dentre elas algumas culturas de ciclo curto, a pecuária em pequena escala e a pesca, em geral para subsistência das comunidades atualmente existentes na área.

O **Parque Estadual Monte Alegre- PEMA**, com **3.678 hectares**, é uma das 10 UCs de Proteção Integral do Estado do Pará. Sua criação se deu através da Lei Estadual nº. 6.412, de 09 de novembro de 2001. A proposta do Governo do Estado do Pará para a criação de UC em Monte Alegre é resultado de estudos realizados desde o final da década de 1988, pelo IDESP. Na ocasião, 32 (trinta e dois) municípios do estado seriam contemplados com a criação de UC de diferentes categorias de manejo e com áreas contíguas entre os municípios. Para o município de Monte Alegre foi proposta a criação de três UC de diferentes categorias de manejo.

A Região Administrativa da Calha Norte II, formada pelas UCs Floresta Estadual de Trombetas e Floresta Estadual de Faro.

A **Floresta Estadual de Faro - FLOTA Faro**, com **525.434,10 hectares**, abriga milhares de animais e plantas. Muitos deles somente existem nessa região da Terra. Cerca de 98% de sua área é coberta por florestas bem conservadas. As atividades econômicas praticadas na Flota são: agricultura, pesca, coleta de Castanha-do-Pará, extração de madeira e pequenas criações de gado e animais de pequeno porte.

Em 2019 alguns moradores da FLOTA de Faro que trabalham com turismo, foram, em troca de experiência, vivenciar uma semana de operação turística em uma pousada com alto fluxo turístico no km 61 do rio Trombetas, para terem a experiência de trabalhar para grandes e exigentes públicos da Pesca Esportiva fiscalização em fevereiro deste ano, em função do período do defeso.

A **Floresta Estadual do Paru - FLOTA DO PARU**, está localizada na Calha Norte do rio Amazonas, com **3.612.914 ha**. Essa região abriga o maior bloco de Unidades de Conservação e Terras Indígenas do mundo. A Flota também é cortada por extensos rios, como o Jari, Paru, Maicuru, Curuá e Cuminapanema. As atividades econômicas praticadas na Flota do Paru são a concessão florestal, a coleta de Castanha-do-Pará e de camu-camu, além da garimpagem de ouro. Alguns moradores cultivam pequenas roças principalmente para consumo próprio.

A **Floresta Estadual de Trombetas - FLOTA Trombetas**, ocupa **3.025.667,18 ha** e abriga milhares de animais e plantas. Muitos deles somente existem nessa região da Terra, cerca de 98,5% de sua área é coberta por florestas bem conservadas.. A Flota também é cortada por extensos rios, como o Trombetas, Cachorro, Erepucuru e Cuminapanema. A principal atividade econômica praticada na Flota é a coleta da Castanha-do-Pará.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

MOSAICO DE UCs: APA LAGO DE TUCURUÍ; - RDS ALCOBAÇA; - RDS PUCURUÍ-ARARÃO.

- Reunião por meio de mídia do Conselho Gestor Deliberativa do Mosaico, para avaliar o Parecer Técnico emitido pela GRTUC/IDEFLOR-Bio referente às obras da Hidrovia do Tocantins.
- Apreensão de **33.273 m** de malhadeiras, **8.219,975 kg** pescado, 65 armas de fogo, 88 pássaros silvestre, **68** arpões, **9** moto serras, **3** veículos, **63** gaiolas, **5** armadilhas, **1** canoa, **4** óculos de mergulho, **9** máscaras, **16** lanternas, **17** pares de pé de pato, **2** zagaias, **4** alçapões, **4** tarrafas, **2** redes piabeiras, **14** motores, **1** caminhão, **30** viseiras, **1** espinhel, **10** rolos de mão, **25** munições,

1.800 gramas de chumbo, 300 gramas de pólvora, 3 amarrador, 2 telões, 6 bufetes, 33 kg de caça, 1 bomba de ar, 10 baladeiras, 8 cartuchos de pólvora, 2 lanças, 6 armas caseira, 2 matapi, 10 espingardas.



Figura 13: Fiscalização ambiental apreende amarradores ilegal no Lago de Tucuruí



Figura 14: Fiscalização ambiental apreensão de arpões



Figura 15: Fiscalização ambiental apreensão de pescados

Ressalta-se que as apreensões como pescados são doados para instituições de assistência social nos municípios onde houve as apreensões. As ações de fiscalização ambiental tem a parceria da Polícia Militar do Estado por meio do Batalhão de Polícia Ambiental.

- Elaboração do TED – Termo de Execução Descentralizada com a SEDOP, para a construção de 7 (sete) Unidades de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro do Mosaico Lago de Tucuruí.

APA ALGODOAL- MAIANDEUA

- Fiscalização de retirada irregular de areia na APA Algodual.

MONA-MONUMENTO NATURAL DO ATALAIÁ

- Divulgação das “Dunas do Atalaia” como Unidade de Conservação de Proteção Integral para o público em geral.

REVIS PADRE TONETO - RDS CAMPO DAS MANGABAS

- Monitoramento e controle de queimadas no REVIS e RDS.

PARQUE ESTADUAL SERRA DOS MARTÍRIOS/ANDORINHAS - APA SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

- Soltura de Quelônios no Rio Araguaia vinculada ao Projeto de Monitoramento dos Quelônios
 - 939 filhotes tracajás;
 - 1987 tartarugas;
 - 05 cágados.



Figura 16: Soltura de Quelônios

A soltura é a última etapa do processo de manejo, que é antecedido pela coleta dos ovos nas praias próximas, no período de final de julho até agosto (para os tracajás) e do início de setembro até outubro (para as tartarugas). Após a coleta, os ovos são transportados até o IAX onde permanecem durante todo o período de incubação até a eclosão.

- Implementação do Projeto PROSAF para a produção de mudas nos viveiros da Base da GRA/IDEFLOR-Bio e da comunidade Boqueirão, com capacidade para **14.000 (catorze mil) mudas** com rotinas diárias de capina, limpeza, para implantação de novos Sistemas Agroflorestais na APA Araguaia, com a preparação de áreas em 12 propriedades (01 ha cada) em parceria com a Regional Carajás do IDEFLOR-Bio;
- Fiscalização realizada em 11 (onze) localidades do rio Araguaia em parceria com a Polícia Militar e Prefeitura municipal de São Geraldo do Araguaia, com apreensão de redes e malhadeiras;
- Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Prevenção e combate ao fogo no PESAM e Zona de Amortecimento para reduzir os impactos sobre a flora e fauna, Trabalho realizado por 16 brigadistas realizando atividades de prevenção: rondas preventivas, orientação e sensibilização junto à população das comunidades da APA Araguaia, manutenção e abertura de novos aceiros e a realização de aceiros “negros”, e também atividades de combate aos Incêndios Florestais, em aproximadamente 12 eventos de incêndios;
- 80 (oitenta) cestas básicas foram distribuídas entre os dias 30 e 31 de julho deste ano para famílias afetadas pela pandemia do novo coronavírus, que residem na Área de Proteção Ambiental – APA de São Geraldo do Araguaia, nas comunidades de Vila Santa Cruz, Sucupira e Ilha do Campo. A ação foi promovida pela Gerência da Região Administrativa do Araguaia (GRA) do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), responsável pela gestão da Unidade de Conservação, com recursos do ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia.



Figura 17: APA de São Geraldo do Araguaia recebe ação de enfrentamento à pandemia da Covid-19

PARQUE ESTADUAL UTINGA CAMILLO VIANNA

- Participação de aproximadamente **30 (trinta) produtores da Região Metropolitana de Belém**, na realização da “Feira da Biodiversidade”, no Centro de Acolhimento do Parque. A feira é uma iniciativa do Projeto AGROVÁRZEA, mantido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), por meio da Gerência da Região Administrativa de Belém (GRB). São comercializados de produtos orgânicos, livres de agroquímicos, oriundos da agricultura familiar e de Unidades de Conservação Estaduais. A feira oferta ainda artesanato e produtos não madeireiros, tais como o mel de abelha, cachaças saborizadas de bacuri, cupuaçu e graviola, entre outros;



Figura 18: Feira do Projeto AGROVÁRZEA

- 300 usuários da Bica do Parque cadastrados para coleta de água potável para consumo;
 - Divulgação do PEUT como Unidade de Conservação, e seus recursos naturais, no “BioBlitz do Hemisfério Sul” (Registro fotográfico da fauna e flora pelos visitantes), em parceria com o Instituto Bicho D’água – Conservação Socioambiental;
- Realização do Evento “Um dia no Parque” (Exposição fotográfica), em parceria com o IMAZON, com Mobilização nacional para divulgação em redes e mídias das UCs de todo o Brasil. Em um percurso de 100 metros em área aberta, próximo à Casa da Mata, no Parque do Utinga, paralela a pista de caminhada, as fotografias são fixadas com a distância de 3 metros uma da outra, para garantir o cumprimento das medidas sanitárias exigidas pela pandemia de Covid-19.



Figura 19: Exposição fotográfica das UCs Estaduais, em forma de mural em cavaletes na área do PEUT

Emissão de 13 autorizações para pesquisa científica no interior do PEUT, para Instituições de Ensino Superior. O Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna é uma Unidade de Conservação da Natureza e por conta disso, seus recursos naturais presentes em seu território não podem ser explorados, apenas apreciados e estudados, tendo como potencial a visitação pública e as pesquisas científicas.



Figura 20: Projeto Inventário dos Répteis é realizado com o objetivo de mostrar a diversidade de répteis e anfíbios presentes no território do Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna

Parque do Utinga cataloga dezenas de espécies de plantas durante a pandemia



Figura 21: 60 tipos foram registrados, a maioria plantas epífitas, que crescem em cima de caules e/ou outras árvores

Parque do Utinga se transforma em berçário animal com a chegada das chuvas



Figura 22: Macaco de cheiro, uma das duas espécies de primatas presentes no Parque



Figura 23: Sapinho, multicolorido, é minúsculo, do tamanho de uma unha de um dedo polegar humano.

Nome científico é *Ranitomeya amazonica*

Em plena região metropolitana de Belém, o Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna é um refúgio para espécies silvestres amazônicas. A vegetação serve de abrigo e alimentação à fauna, do mesmo modo que os animais auxiliam no desenvolvimento vegetal polinizando flores, fertilizando o solo e dispersando sementes. A chegada das chuvas do inverno anuncia também o nascimento de inúmeras espécies, transformando o espaço em um verdadeiro berçário.

É necessário criar mecanismos de sensibilização quanto à importância de conscientizar a população sobre o papel do meio ambiente na preservação da vida. Principalmente pelo fato de que os nossos hábitos de vida trazem impacto sobre o meio ambiente. Sendo assim, torna-se imprescindível estimular uma reflexão sobre a importância da biodiversidade para a vida e o consumo responsável alertando sobre as consequências que o descuido com a natureza pode provocar.

PARQUE ESTADUAL CHARAPUCU

- 11 (onze) comunidades visitadas e mapeadas para possíveis Unidades Demonstrativas, assim como o mapeamento de outras cadeias produtivas sustentáveis, a exemplo do açaí, meliponicultura e apicultura;
- 19 (dezenove) serrarias advertidas; apreensão de 75 (setenta e cinco) frascos de palmito sendo manipulados em uma residência no interior do Parque de forma inadequada e ilegal, entregues ao DEPOL de Afuá/PA. Notificação de 03 (três) construções ilegais.

APA DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

- Visita Técnica ao município de Breves para adquirir, por meio da Prefeitura, um terreno para a construção da Sede, com recursos do KFW, com possibilidades: Escritório Regional da EMATER e terreno onde Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) para Implantação da Sede do IDEFLOR-Bio na APA-Compromissos de Governo;
- Fiscalização na região de Soure e Salvaterra, em conjunto com o ICMBio e BPA, resultando em 02 (duas) notificações relacionadas à Vila do Pesqueiro e Praia do Pesqueiro relacionadas a soltura de animais de médio e grande porte por parte de moradores. Na região da praia do Pesqueiro foi constatada a emissão e efluentes líquidos de forma inadequada; lavrados 02 (dois) autos de infração relacionados a queima e deposição de resíduos sólidos a céu aberto na área do lixão do município de Soure.

APA TRIUNFO DO XINGU

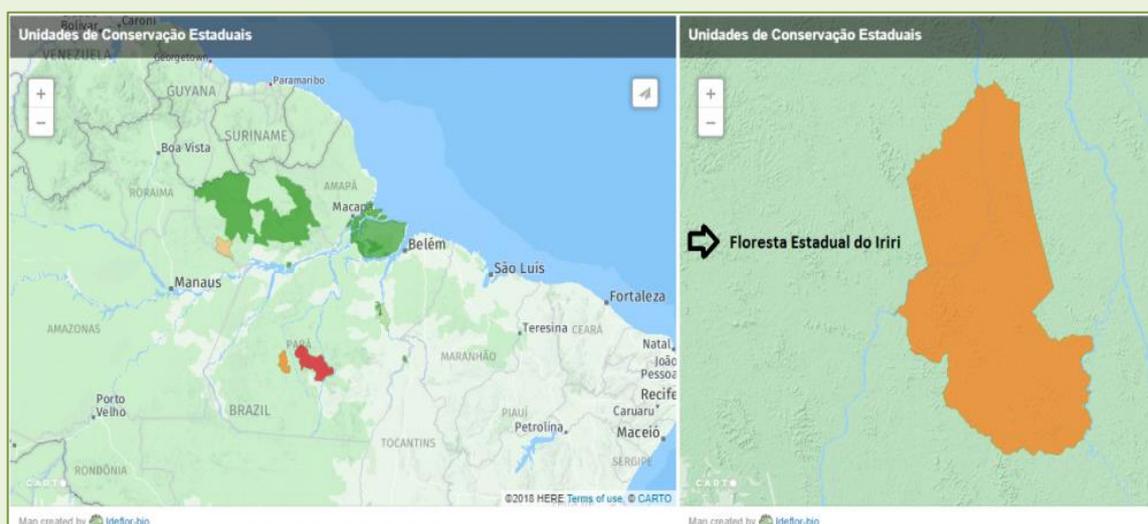
- 01 (um) Viveiro revitalizado e comunidade produzindo, com capacidade para 15 mil mudas;
- Implantação de 10 (dez) viveiros pelo Projeto “Paisagens Sustentáveis”
- Realização de uma (01) visita as UDS do Programa Cacau Floresta-*The Nature Conservancy Brasil* (TNC), ainda foi realizado a apresentação do relatório de Tecnologia Aplicada a Pecuária para Aumento da Produtividade, demandada pelo Programa “Territórios Sustentáveis”;
- Elaboração de Cartilha Institucional “Manutenção de viveiros de mudas”, com linguagem ilustrativa de fácil interpretação;
- Operação de Fiscalização pelo Programa Estadual Amazônia Agora – Sub-Programa **Amazônia Viva**, resultando apreensões de equipamentos, veículos, madeiras, armas, pessoas, entre outros no território da APA. O relatório de atividades do Programa aponta mais de 10 mil hectares embargados.

RDS VITÓRIA DE SOUZEL, REVIS TABULEIRO DE EMBAUBAL

- Monitoramento e visita às casas e pontos de pesca na RDS e REVIS para o recadastramento dos moradores e usuários dos recursos. Restrições legais impostas no período de Piracema das espécies da Bacia do Xingu. Sensibilização das comunidades e Colônia de Pesca Z-70 para as operações de Fiscalização;

FLORESTA IRIRI

- Lançado o edital para contratação do Plano de Gestão da Flota Iriri. A Flota do Iriri é uma das 26 Unidades de Conservação (UC) Estaduais geridas pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFOR-Bio). A elaboração do Plano de Gestão da Flota do Iriri é uma das ações contempladas pelo Plano Operacional das Paisagens Sustentáveis, realizada em Brasília, nos dias 29 e 30 de janeiro deste Operacional Anual (POA), biênio 2020-2021, aprovado durante a 2ª Reunião do Comitê.



Mapa 03: Localização da Floresta Estadual do Iriri

PARQUE ESTADUAL DE MONTE ALEGRE –PEMA

- 42 placas de sinalização no PEMA instaladas no PEMA

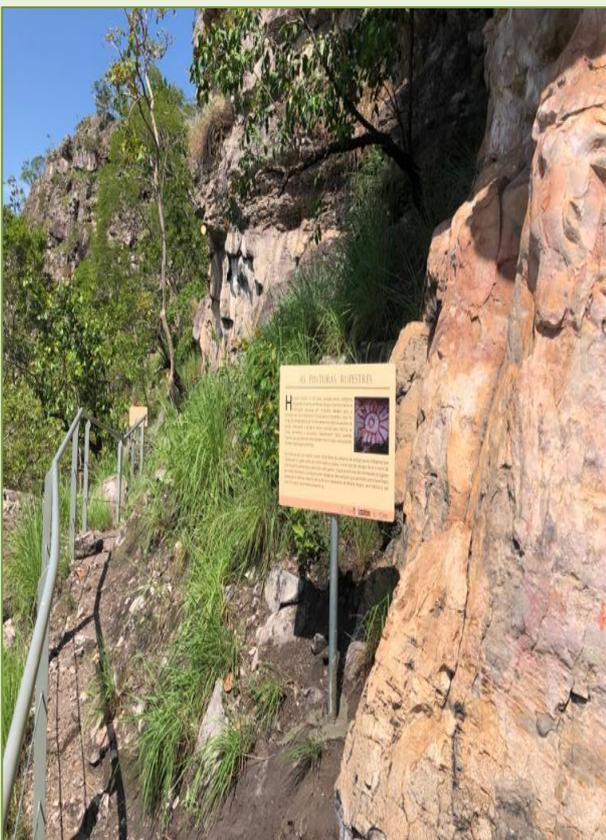


Figura 24: Placas de sinalização PEMA

FLORESTA ESTADUAL DO TROMBETAS - FLOTA TROMBETAS - À partir de 2019, passou a ter maior presença do governo do Estado, com a necessidade de comando e controle do acesso de extrativistas e moradores locais e de outras regiões, que se aventuravam floresta a dentro, em busca do extrativismo da castanha do Brasil e outras essências como sementes de cumaru, extração de andiroba e da copaíba, produtos que geram melhoria da renda das comunidades.

- Construção e implementação da Base física do Jaramacaru – FLOTA do Trombetas



Figura 25: Imagem da sede do IDEFLOR-Bio às margens do Rio Jaramacaru/Óbidos

- Cadastro dos extrativistas de castanha-do-Pará, usuários dos castanhais da FLOTA. Mais de 500 castanheiros foram cadastrados e autorizados a entrar na FLOTA para a coleta de castanha;
- Com a chegada da pandemia da COVID19, iniciou-se em março uma operação para a retirada dos extrativistas do interior da FLOTA, pois as áreas de coleta dão acesso à Terra Indígena ZOÉ, e por consequência, precisou aumentar o contingente de policiais, pois o território é vasto e com grandes dificuldades de acesso.;
- Combate a incêndios florestais de pequena e de grande magnitude. Foram três eventos de incêndio florestal no Jaramacaru. Para debelas as chamas foram necessárias à ida de brigadistas de Oriximiná, voluntários e o Corpo de Bombeiros Militar do Pará.



Figura 26: Combate A focos de incêndios florestais nas proximidades da Base Jaramacaru do órgão, situada entre os municípios de Óbidos e Oriximiná

Agentes do IDEFLOR-Bio, com apoio de brigadistas do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo/IBAMA), Corpo de Bombeiros Militar de Santarém, Corpo de Bombeiros Civis de Oriximiná, Companhia Independente de Policiamento Ambiental de Santarém, secretarias de Meio Ambiente e de Segurança de Oriximiná, e populares residentes no entorno da Flota, ajudaram a conter as chamas, que seguem controladas.

- Em setembro, após algumas reuniões com os Ministérios Públicos Estadual e Federal, e com a FUNAI, iniciou-se a reabertura da FLOTA para os castanheiros retirarem a safra que havia ficado no interior da UC. Para isso, montou-se um esquema de revezamento, com monitoramento de todos os extrativistas, e com o acompanhamento de técnicos de enfermagem, que testaram (teste Covid19) todos antes de adentrarem a FLOTA;

- Monitoramento ambiental permanente da UC nesse acesso, com a presença constante de policiamento ambiental e de técnicos da equipe de gestão da UC, que tem acesso de aproximadamente quatro horas de carro, a partir de Oriximiná, até a Base do IDEFLOR-Bio, que fica na entrada da FLOTA. A partir da entrada, os caminhos são insalubres e de muito difícil acesso por estradas de pedra e chão irregular, demandando até dois dias de viagem até o último local acessível da floresta;
- Para ter acesso à floresta, esses extrativistas passam, forçosamente, pela ponte sobre o Rio Jaramacaru, razão pela qual, o IDEFLOR-Bio, por meio de técnicos destacados para a missão de guarda, monitoramento e fiscalização da Flota, com auxílio de comunitários residentes no seu entorno, levantaram a estrutura necessária para a construção de uma base que, hoje serve de apoio às nossas atividades, e também para abrigar os policiais ambientais que nos auxiliam em nossas missões.
- Monitoramento com inserções de técnicos e policiais, de forma ostensiva, coibindo infrações e evitando a coleta de produtos nas terras dos índios da tribo Zoé. Esses povos tiveram contato recente com a civilização, são de extrema vulnerabilidade quanto às doenças tropicais, não possuindo os anticorpos que garantam resistência para esses tipos de enfermidades, portanto, devem ser preservados em seus territórios, sendo essa uma das nossas mais importantes missões. Em suas terras estão os maiores e melhores castanhais, daí a necessidade e a importância desse efetivo monitoramento e fiscalização.

APA PAYTUNA

- Aprovação do Projeto de beneficiamento do buriti junto ao FUNDEFLOL para valorização da produção comunitária relacionada à palmeira buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.)

Tabela 05: Execução Orçamentária e financeira na Ação de Gestão de Unidades de Conservação

FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	PROVISÃO FUNDEFOR	DESTAQUE CONCEDIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
0316- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.231.534,00		150.000,00	2.585.282,07	2.162.523,19	646.251,93	80%
0316- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	INVESTIMENTOS	3.500.000,00			0	0	3.500.000,00	0%
0661 - SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.875.000,00			2.401.867,23	1.962.480,07	473.132,77	84%
0661 - SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	INVESTIMENTOS	20.000,00			17.400,00	17.400,00	2.600,00	87%
0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		112.798,39		0	0	112.798,39	0%
0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	INVESTIMENTOS		26.956,36		0	0	26.956,36	0%
TOTAL		9.626.534,00	139.754,75	150.000,00	5.004.549,30	4.142.403,26	4.761.739,45	

Considerações Tabela 05:

- Os recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram executados com os recursos provenientes do superávit das fontes de recursos próprios do IDEFLOR-Bio;
- Foram executados **80%** (oitenta por cento) de recursos orçamentários em relação aos recursos empenhados/ dotação suplementar na UG 79203-FCA, desconsiderando que os recursos no montante de 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil) que serão repassados através de destaque para a SEDOP, para construção de 07 desembarques pesqueiros.

- Foram executados **84%** (oitenta e quatro por cento) de recursos orçamentários em aos recursos empenhados/ dotação suplementar na UG 79201 do IDEFLOR-BIO, considerando em ODC e investimento;
- Foi realizado um destaque orçamentário para o SEGUP no valor de 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para monitoramento do Parque Estadual do Utinga através de câmaras de vídeo;
- Os recursos orçamentários repassados através de provisão orçamentária para o FUNDEFLO, não houve execução, até presente data;
- O Total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-Bio, nesta ação foi de **82%** (oitenta e dois por cento) considerando o empenhado / dotação suplementar nas UGs IDEFLOR-Bio e FCA, desconsiderando que os recursos no montante de 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil) que serão repassados através de destaque para a SEDOP, para construção de 07 desembarques pesqueiros.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	ÁREA HÁ	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	META/REGIÃO/ha
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ALGODOAL- MAIANDEUA	Maracanã	2.378,00	GUAMÁ	9.779,30
RESERVA DE DESENVOLVIMNTO SUSTENTÁVEL CAMPO DAS MANGABAS	Maracanã	7.062,02		
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE PADRE SERGIO TONETTO	Maracanã	339,28		
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	São Geraldo do Araguaia	28.780,41	CARAJÁS	53.677,79
PARQUE ESTADUAL DA SERRA DOS MARTÍRIOS/ANDORINHAS	São Geraldo do Araguaia	24.897,38		
MONUMENTO NATURAL ATALAIA	Salinópolis	256,58	CAETÉ	256,58
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	Belém/Ananindeua	7.500,00	GUAJARÁ	16.760
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU	Belém	1.500,00		
PARQUE ESTADUAL DO UTINGA	Belém, Ananindeua	1.393,09		
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA	Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Izabel	6.367,27		
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO DE TUCURUÍ	Breu Branco Goianésia Itupiranga Jacundá Nova Ipixuna, N. Repartimento, Tucuruí.	503.490,00	LAGO DO TUCURUÍ	568.667,00
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ALCOBAÇA	Novo Repartimento, Tucuruí.	36.128,00		
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PUCURUI-ARARÃO	Novo Repartimento, Tucuruí.	29.049,00		
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ARQUIPELAGO DO MARAJÓ	Afuá, Anajás, Breves, Cach. do Arari, Chaves, Curralinho, Muaná, Salvaterra, Santa Cruz do Ariri, Soure, São S.B. Vista	5.500.000,00	MARAJÓ	5.565.181,94
PARQUE ESTADUAL CHARAPUCU	Afuá	65.181,94	BAIXO AMAZONAS	12.623.524,34
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PAYTUNA	Monte Alegre	58.251,00		
FLORESTA ESTADUAL DO PARU	Óbidos, Monte Alegre, Almeirim, Alenquer.	3.612.914,00		
FLORESTA ESTADUAL DE TROMBETAS	Oriximiná, Óbidos	3.025.667,18		
FLORESTA ESTADUAL DE FARO	Oriximiná, Faro	525.434,10		
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO GRÃO-PARÁ	Oriximiná, Óbidos, Monte Alegre, Alenquer.	4.245.819,11		
PARQUE ESTADUAL DE MONTE ALEGRE	Monte Alegre	3.678,00		
RESERVA BIOLÓGICA MAICURU	Monte Alegre, Almeirim.	1.151.760,95		
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL TRIUNFO DO XINGU	São Félix do Xingu, Altamira.	1.679.280,52	ARAGUAIA	1.679.280,52
FLORESTA ESTADUAL DO IRIRI	Altamira	440.493,00	XINGU	467.483,82
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VITORIA DE SOUZEL	Senador José Porfírio	22.956,88		
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE TABULEIRO DE EMBAUBAL	Senador José Porfírio	4.033,94		
TOTAL/HÁ		20.984.611,65		

RESULTADOS ALCANÇADOS PROGRAMA FINALÍSTICOS/ 2020

AÇÕES	PROGRAMA	RESULTADO ALCANÇADO		
		Produto	Meta 2020	RESULTADO
PRODUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL	MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL	Área de Floresta Plantada/Restaurada	486 há	734 HA
OUTORGA E MONITORAMENTO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA PRODUTOS E SERVIÇOS FLORESTAIS.		Área Outorgada	635.109,75 ha	483.435,49 ha
APOIO AO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO FAMILIAR E DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE.		Família beneficiada	990 famílias	449 famílias
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E INSTRUMENTO LEGAL PARA A CONSERVAÇÃO E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE		Estudo Elaborado	06 estudos	06 estudos
GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.		Área protegida	20.984.611,65 HA	100%

AVALIAÇÃO DAS METAS FÍSICAS DAS AÇÕES FINALÍSTICAS EM RELAÇÃO AO PROGRAMADO

A execução das metas físicas sob a responsabilidade do órgão em 2020 foi expressiva, refletindo o momento pelo qual o mundo está passando com o advento da pandemia, em que instrumentos legais como Decretos governamentais disciplinando o funcionamento dos órgãos, afastamento de servidores, protocolos sanitários entre outros aspectos. Nesse sentido as metas programadas foram atingidas sensivelmente em razão das ações de enfrentamento à pandemia.

O demonstrativo de ações conforme quadro acima demonstram essa realidade.

Programa: Meio ambiente e Ordenamento Territorial, composto por cinco ações: Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para conservação e monitoramento da biodiversidade, Gestão de Unidade de conservação, Outorga e monitoramento de florestas públicas e serviços florestais, Apoio ao manejo florestal comunitário familiar e de produtos da sociobiodiversidade e Produção e recomposição florestal.

Na ação **Produção e Recomposição Florestal**, cujo produto é Área de Floresta Plantada/Restaurada, num esforço institucional chegou a **734 hectares**, 248 hectares a mais do programado para o exercício 2020 de 486 hectares.

Na ação **Outorga e Monitoramento de florestas públicas para produtos e serviços florestais**: Nesta ação, dentre as atividades realizadas estão o monitoramento remoto das áreas outorgadas e Visitas Técnicas ordinárias uma para o período de Safra e outra para o período de embargo. Neste sentido a ação cumpriu seu objetivo.

Na ação **Apoio ao Manejo florestal comunitário familiar e de produtos da sociobiodiversidade**: Ação voltada para atender famílias que participam dos projetos de sociobiodiversidade em especial na região Caeté e Capim, o fator pandemia, influenciou no resultado da meta com **449 famílias** atendidas.

Na ação **Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para conservação e monitoramento da biodiversidade**, foram programadas para o exercício 2020 a elaboração de 06 (seis) estudos abrangendo três regiões de integração e três municípios: Belém, Maracanã e Abaetetuba, foi cumpridos integralmente a meta alcançando **100%** da meta programada, conforme detalhamento da ação.

Na ação **Gestão de Unidades de Conservação**, esta ação caracteriza-se por gerir **20.984.611,65** hectares que correspondem as 26 UCs distribuídas nas regiões de integração, suas atividades são pautadas pelo monitoramento e fiscalização ambiental com apoio do Batalhão de Polícia Ambiental.

Fundo de Desenvolvimento Florestal-FUNDEFLOR

Análise Exercício

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLOR é um fundo de natureza contábil, com autonomia administrativa e financeira, inscrito no CNPJ sob o nº 20.192.594/0001-97, Unidade Gestora (UG) 790202, gerido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio.

No intuito de avaliar o desempenho de utilização de recursos do ano de 2020 pode-se comparar a execução atual com a do ano anterior, na qual a execução global em 2019 o percentual de 53% dos recursos, enquanto que no ano de 2020 apenas 36% dos recursos globais foram executados até final de outubro.

Em relação ao recurso destinado ao apoio a projetos, a execução de 23% destinados para projetos em 2019, enquanto que no ano corrente temos apenas 7% utilizados em 2020, entretanto espera-se que ao final de dezembro ainda sejam recebidos diversos materiais licitados pelos fiscais das diretorias finalísticas, fato que tende a elevar a execução financeira de 2020.

Considerando os recursos da outorga florestal, observa-se que existe uma tendência à queda da arrecadação do FUNDEFLOR, que pode estar relacionada a fatores externos como a pandemia de COVID 19 que promoveu uma desaceleração na economia como um todo, afetando também o mercado madeireiro, assim como a fatores internos, notadamente a falta de oferta de novas áreas para concessão madeireira ou para outro tipo de destinação onerosa, principal fonte de recursos financeiros ao FUNDEFLOR.

Arrecadação realizada em 2020

No período de 01 de janeiro a 31 de outubro de 2020, o Fundo auferiu o montante de **R\$ 4.781.129,74** (quatro milhões setecentos e oitenta e um mil cento e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos), sendo que **R\$ 4.436.645,21** (quatro milhões quatrocentos e trinta e seis mil seiscentos e quarenta e cinco reais e vinte e um centavos), foi arrecadado via DAE, oriundo da concessão florestal e da tarifa de reposição e o valor de **R\$ 344.484,53** (trezentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), internalizado direto na conta do FUNDEFLOR em junho/2020, via Ordem Bancária 2020 OB00888, pelo IDEFLOR-Bio, não sendo,

portanto, contabilizado na conta principal do FUNDEFLO. O valor se refere à exploração florestal da UMF IV-A, UPA I, bimestre de Janeiro e Fevereiro/2020, e foi pago pela empresa Blue Timber, por meio da utilização dos recursos de conta caução, conforme encontro de contas com o IDEFLOR-Bio (UG 790201).

Destaca-se que do valor total arrecadado **R\$ 4.781.129,74** (quatro milhões setecentos e oitenta e um mil cento e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos), **R\$ 4.349.295,80** (quatro milhões trezentos e quarenta e nove mil duzentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), corresponde à concessão florestal e **R\$ 431.833,94** (quatrocentos e trinta e um mil oitocentos e trinta e três reais e noventa e quatro centavos), equivale ao recebimento da Tarifa de Reposição Florestal, conforme determina o Decreto Estadual nº 216/2011.

Quadro 01: Demonstrativo Parcial da Arrecadação, período de 01 de janeiro a 31 de outubro de 2020

ARRECADAÇÃO - Janeiro a Outubro de 2020									
MÊS CÓDIGOS	Concessão Estadual	Reposição Florestal	Concessão Federal	Outros	Conta Principal	RENDIMENTOS			TOTAL ANUAL
	6107-7	6106-9				CONCESSÃO ESTADUAL	REPOSIÇÃO FLORESTAL	CONCESSÃO FEDERAL	
JAN	-	-	-	-	73,89	44.782,08	1.050,24	7.910,30	53.816,51
FEV	831.469,09	-	-	-	63,60	35.495,14	821,82	6.192,35	874.042,00
MAR	1.760.183,52	-	-	-	73,52	39.735,30	949,07	7.154,39	1.808.095,80
ABR	-	-	-	-	62,09	36.358,66	814,70	6.044,75	43.280,20
MAI	1.612,06	-	-	-	51,50	29.111,08	762,09	5.017,01	36.553,74
JUN	344.484,53	-	-	-	46,53	24.337,36	692,76	4.528,15	374.089,33
JUL	248.527,47	288.896,68			42,67	21.877,13	635,33	4.153,41	564.132,69
AGO	576.678,11	-			35,14	18.478,60	985,55	3.423,67	599.601,07
SET	0,00	142.937,26			34,65	17.933,39	969,26	3.366,43	165.240,99
OUT	586.341,02	-	-	-	34,65	18.015,26	970,71	3.371,72	608.733,36
NOV	2.590.031,52				33,00	22.973,29	925,89	3.216,08	2.617.179,78
DEZ	1.553.851,82								1.553.851,82
TOTAL ANUAL	8.493.179,14	431.833,94		0,00	551,24	309.097,29	9.577,42	54.378,26	9.298.617,29

Fonte: FUNDEFLO - 11/12/2020

Com base na arrecadação de 2020 demonstrada acima, informamos no Quadro 02, o detalhamento do fluxo da receita de 2020, oriunda dos contratos de concessão florestal, por concessionária.

Quadro 02. Detalhamento do fluxo da receita por concessionária.

VALORES ARRECADADOS NO ANO DE 2020 PELO FUNDEFLO (ATÉ 31/10/2020)			
EMPRESAS	Arrecadação Anual (R\$)	Rendimento anual (R\$)	TOTAL (R\$)
MAMURU- UMF I-LN GUERRA	3.532.777,02	48.946,23	3.581.723,25
MAMURU - UMF III-AMAZÔNIA	2.333.155,90	99.277,98	2.432.433,88
MAMURU- UMF VIII-SEMASA	-	624,15	624,15
MAMURU - UMF IX-RRX	-	7.042,16	7.042,16
PARU - UMF VII - RRX	-	281,52	281,52
PARU - UMF I-CEMAL	387.650,72	69.388,38	457.039,10
PARU - UMF II-SEGREDO	1.023.751,38	49.934,88	1.073.686,26
PARU - UMF IV-SEMASA	-	101,14	101,14
MAMURU- UMF II-RONDOBEL	-	11.787,95	11.787,95
BLUE TIMBER	1.215.844,12	21.712,90	1.237.557,02
TOTAL	8.493.179,14	309.097,29	8.802.276,43

Fonte: FUNDEFLO 31/10/2020

Da Distribuição de Recursos

Segundo o Art. 15. da Lei Estadual nº 6.963 de 2007, alterada pela Lei Estadual nº 8.096, de 1º de Janeiro de 2015 e Lei Estadual nº 8.633, de 19 de junho de 2018), os recursos do FUNDEFLO são assim distribuídos:

I - 30% (trinta por cento) destinados a cobrir as despesas de aparelhamento e funcionamento do IDEFLOR;

II - 30% (trinta por cento) destinados aos Municípios onde estão situadas as áreas florestais de domínio estadual, submetidas ao regime de concessão ou exploração de compensação de reserva legal;

III - 40% (quarenta por cento) destinados a programas, ações, projetos ou atividades aprovados pelo IDEFLOR-Bio ou executados sob sua coordenação, de acordo com as seguintes prioridades:

Ressalta-se que, o percentual dos 40% (quarenta por cento), será demonstrado a seguir, conforme resultados das ações de fomento aprovadas mediante Plano de Aplicação 2020 – Resumo Executivo, recursos executados pela fonte de Recurso Superávit 0656.

Dos Repasses e sub-repasses

Em 2020, conforme previsão legal, o FUNDEFLOL repassou recursos superavitários (fonte 0656), no montante de **R\$ 12.547.250,33** (doze milhões quinhentos e quarenta e sete mil duzentos e cinquenta reais e trinta e três centavos), sendo **R\$ 6.509.074,97** (seis milhões quinhentos e nove mil setenta e quatro reais e noventa e sete centavos), referente à arrecadação da Concessão Florestal em 2019 e **R\$ 6.038.175,36** (seis milhões trinta e oito mil cento e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos), derivado do saldo de balanço da execução de 2019.

Conforme previsão legal, o valor arrecadado de **R\$ R\$ 6.509.074,97** (seis milhões quinhentos e nove mil setenta e quatro reais e noventa e sete centavos), foi distribuída conforme discriminação abaixo.

- **30% - R\$ 1.952.348,26** (um milhão novecentos e cinquenta e dois mil trezentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos), destinado ao IDEFLOR-Bio;
- **30% - R\$ 1.952.348,25** (um milhão novecentos e cinquenta e dois mil trezentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos), destinado aos municípios onde estão localizadas as áreas de concessão florestal, na forma de contraprestação pela utilização econômica dos recursos florestais de seus respectivos territórios, conforme Quadro 03 abaixo:

Quadro 03. Detalhamento dos repasses e sub-repasses 2020.

ITEM	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1.	2020/180196	Sub-repasse IDEFLOR-Bio	1.952.348,26
2.	2020/288828	Repasse Município de Juruti	331.194,23
3.	2020/288815	Repasse Município de Almeirim	685.693,93
4.	2020/216021	Repasse Município de Santarém	480.603,72
5.	2020/185779	Repasse Município de Monte Alegre	161.044,41
6.	2020/200426	Repasse Município de Aveiro	293.811,96
TOTAL			3.904.696,51

- **R\$ 8.642.553,82** (oito milhões seiscentos e quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos), destinado aos programas, ações, projetos ou atividades aprovados pelo IDEFLOR-Bio ou executados sob sua coordenação.

Ressalta-se que o valor total de **R\$ 8.642.553,82** (oito milhões seiscentos e quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos), destinado a programas, ações e

projetos, deriva da soma dos valores de **R\$ 2.604.378,45** (dois milhões seiscentos e quatro mil trezentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), que corresponde à parcela de 40% do volume de recursos arrecadados em 2019 e do valor de **R\$ 6.038.175,37** (seis milhões trinta e oito mil cento e setenta e cinco reais e trinta e sete centavos), referente ao saldo do balanço de execução do ano anterior, (recursos comprometidos e prioritários), conforme discriminação abaixo:

Do Fomento

De acordo com o Art. 16, da Lei Estadual nº 6.963/2007 e demais alterações, a previsão orçamentária dos recursos do FUNDEFLO, proveniente da arrecadação auferida em cada exercício é sinalizado através do Plano de Aplicação. O Plano de Aplicação é o documento que integra as ações, projetos e atividades de base florestal sustentável no Estado do Pará, em atendimento às linhas prioritárias de fomento estabelecidas na legislação vigente.

O Plano de Aplicação, conforme previsão legal é inicialmente aprovado pelo Conselho Deliberativo do FUNDEFLO (CONDEL), devendo ser anualmente submetido à Comissão Estadual de Florestas (COMEF), órgão consultivo do IDEFLO-Bio que tem a função de opinar sobre a programação e a avaliação da aplicação dos recursos do FUNDEFLO.

Em 2020, considerando as medidas de enfrentamento à pandemia de Corona vírus, a reunião ordinária da COMEF ainda não foi realizada e a programação que integra os recursos do Fundo está apresentada no **Plano de Aplicação 2020 – Versão Resumo Executivo**.

Execução do Plano de aplicação do exercício 2020

O Plano de Aplicação 2020 – Resumo Executivo destinou para a promoção de projetos, ações e atividades de base florestal sustentável, o volume de **R\$ 8.882.201,20** (oito milhões oitocentos e oitenta e dois mil duzentos e um reais e vinte centavos), dos quais **R\$ 274.076,00** (duzentos e setenta e quatro mil e setenta e seis reais), equivale ao recurso proveniente da captação de recursos das concessões florestais federais e o valor de **R\$ 8.608.125,20** (oito milhões seiscentos e oito mil cento e vinte e cinco reais e vinte centavos), distribuídos para execução de projetos em andamento, de exercícios anteriores (2017, 2018 e 2019) e novos projetos aprovados para execução em 2020, a serem realizados por meio das modalidades de gestão direta, chamamento público e convênios, conforme Quadro 04 abaixo.

Quadro 04: Síntese do Plano de Aplicação 2020.

RESUMO DO ORÇAMENTO 2020 (Arrecadação + Saldo do Balanço Anterior)		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
01	Arrecadação em 2019 (Concessão Florestal)	6.509.074,97
02	Saldo do Balanço do Exercício Anterior (não aplicado)	6.038.175,36
	Total disponível para aplicação em 2020	12.547.250,33
DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS EM 2019		
01	30% DESTINADO AO IDEFLOR-Bio	1.952.348,26
02	30% DESTINADO AOS MUNICÍPIOS ONDE SE SITUAM AS CONCESSÕES	1.952.348,25
03	40 % DESTINADOS AO FOMENTO DE PROJETOS	2.604.378,45
	Total de recursos	6.509.074,96
RECURSOS DISPONÍVEIS PARA FOMENTO (PROJETOS) EM 2020		
01	Recursos não aplicados em 2019	6.038.175,36
02	Recursos disponíveis para aplicação em 2020	2.604.378,45
	Total de recursos	8.642.553,81
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA FOMENTO (PROJETOS) EM 2020		
01	Recursos Comprometidos em 2019	2.892.044,86
02	Recursos Prioritários	1.425.792,74
03	Novas Demandas 2020	4.290.287,60
	Valor Total	8.608.125,20
	Saldo	34.428,61

Fonte: FUNDEFLO/2020

Quadro 05: Captação de Recurso

CAPTAÇÃO DE RECURSOS – OUTRAS FONTES			
ITEM	PROJETO	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	VALOR (R\$)
01	Demarcação e Sinalização do Centro de Treinamento	Gestão Direta	274.076,00

Origem e Enquadramento dos Projetos

Os projetos, originários das diretorias finalísticas e das gerências regionais do IDEFLOR-Bio contemplam o Programa Estadual do Orçamento Geral de 2020, Meio Ambiente e Ordenamento Territorial (1497), distribuídos entre ações de acordo com os Planos de Trabalho Resumido (PTRES), relacionados no Quadro 06:

Quadro 06. Discriminação dos projetos de acordo com os Programas de Trabalho - PTRES

ITEM	PTRES	AÇÃO	QUANTIDADE DE PROJETOS	VALOR (R\$)
01	798365	Gestão de Unidades de Conservação	08	786.552,60
02	798370	Outorga e Monitoramento de Florestas Públicas para produtos e serviços florestais.	06	2.659.524,01
03	798780	Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de produtos da sociobiodiversidade.	19	796.315,69
04	798781	Produção e Recomposição florestal.	15	4.365.732,90
TOTAL			48	8.608.125,20

Fonte: FUNDEFLO/2020.

Da Execução financeira

O Quadro 07 demonstra a execução da distribuição do valor arrecadado em 2019, conforme previsão legal.

Quadro 07. Discriminação dos projetos de acordo com os Programas de Trabalho - PTRES

RESUMO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA ATÉ 31.10.2020				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR DESTINADO (R\$)	VALOR EXECUTADO (R\$)	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO (%)
01	IDEFLOR-Bio	1.952.348,26	1.952.348,26	100%
02	Repasse Município de Juruti	331.194,23	331.194,23	100%
03	Repasse Município de Almeirim	685.693,93	685.693,93	100%
04	Repasse Município de Santarém	480.603,72	480.603,72	100%
05	Repasse Município de Monte Alegre	161.044,41	161.044,41	100%
06	Repasse Município de Aveiro	293.811,96	293.811,96	100%
07	Apoio a projetos	8.642.553,82	602.094,04	7%
TOTAL		12.547.250,33	4.506.790,55	36%

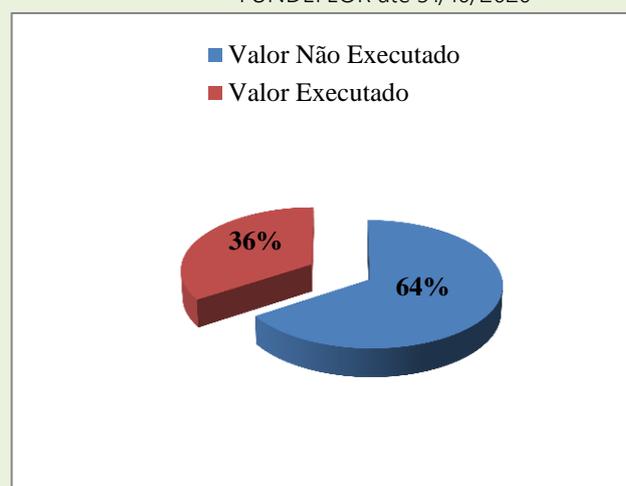
Os gráficos 02 e 03 demonstram a aplicação do valor destinado a projetos, bem como a aplicação geral do valor destinado para aplicação em 2020.

Gráfico 04: Aplicação do Fomento para Projetos
Até 31/10/2020



Fonte: FUNDEFLO/2020.

Gráfico 05: Aplicação Parcial dos Recursos do FUNDEFLO até 31/10/2020



A consolidação das informações de alocação e aplicação de recursos no ano de 2020 referentes à receita de 2019, no período compreendido entre 01 janeiro a 31 de outubro de 2020, demonstra um baixo percentual de aplicação dos recursos tanto da parcela de 40% destinada ao fomento de programas, ações e projetos de desenvolvimento sustentável de base florestal como da aplicação global, com rebatimento direto no alcance das metas estabelecidas para o exercício vigente.

Além disso, ressalta-se também uma diminuição no valor da arrecadação de 2020, o que pode influenciar a programação para aplicação dos recursos no ano de 2021.

Entretanto, é importante destacar que, a pandemia de Corona vírus comprometeu consideravelmente a realização das rotinas administrativas necessárias à aplicação dos recursos por este Fundo, uma vez que a realização das despesas para execução dos projetos foi interrompida durante alguns meses. Por outro lado, a pandemia também influenciou as operações de exploração florestal pelas concessionárias, influenciando todo o setor florestal, influenciando todos os elos da cadeia.

FCA – FUNDO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO PARÁ -UG 790203

Criado pela Lei Estadual nº 8.633, de 19 de junho de 2018, regulamentado pelo D E C R E T O Nº 129, DE 29 DE MAIO DE 2019.

O Fundo de Compensação Ambiental do Estado do Pará (FCA), unidade orçamentária com natureza contábil autônoma, vinculada ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará-IDEFLOR-Bio, que tem por objetivo financiar atividades voltadas para a criação, a gestão, a implementação, a manutenção, o monitoramento, a fiscalização, o investimento, o custeio, a proteção, o manejo e a regularização de Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento, conforme a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e aprovação da CCA. A Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Pará CCA, órgão colegiado com função deliberativa, que tem por finalidade estabelecer a regulamentação, os parâmetros e as diretrizes para a fixação da Compensação Ambiental, em benefício das Unidades de Conservação (UCs), consoante legislação.

O IDEFLOR-Bio exerce as funções de gestor e de agente executor dos recursos do FCA.

Históricos de Deliberações da CCA 2019/2020 – Aprovadas para as atividades de Unidades de Conservação

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 19/09/2019

- 01 - Aprovação da redestinação da fonte Cargill Agrícola S/A Santarém no valor de **R\$ 376.491,29**, e rendimentos;
- 02 - Aprovação da redestinação da fonte Votorantim Cimentos Primavera S/A no valor de **R\$ 2.322.430,62**, e rendimentos;
- 3 - Aprovação da redestinação da fonte Hidrovias do Brasil Vila do Conde no valor de **R\$ 1.743.289,54**, e rendimentos;

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA em 05/12/2019

- 01. Aprovação da redestinação da fonte Guamá Tratamento de Resíduos no valor de **R\$ 287.969,43**, e rendimentos;
- 02- Aprovação da redestinação da fonte ATE III Marabá – Itacaiúnas no valor de **R\$ 802.448,94**, e rendimentos;
- 03 - Aprovadas da destinação da fonte Serabi Mineração S/A no valor de **R\$ 206.310,78**, e rendimentos; e
- 04 - Aprovadas da destinação da fonte LDC TTC Tapajós no valor de **R\$ 1.001.150,00**, e rendimentos.

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 17/12/2019

- Aprovação da destinação de **R\$ 2.958.332,36** da fonte Araguaia Níquel para limpeza emergencial e manutenção do Lago Bolonha.

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA 17/03/2020

- 01 - Destinação do valor total do empreendimento Hydro Mina Bauxita (Paragominas) – **R\$ 24.118.469,15** – para concepção, construção e aparelhamento do Complexo CETRAS-Bioparque, no REVIS Metrópole da Amazônia.
- 02- Destinação de **R\$ 864. 385,99** da fonte Araguaia Níquel (execução direta) para o projeto de Reintrodução das Ararajubas no PEUT.
- 03- Destinação de **R\$ 2.842.652,17**, rendimentos dos empreendimentos UHE e Eclusas de Tucuruí, para o Plano de Recuperação de Áreas de Proteção Permanente do Lago de Tucuruí."

18ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 03/06/2020

- Aprovação da proposta de redestinação dos recursos de CA das fontes Hidrovias do Brasil S/A Miritituba, Cargill Agrícola S/A – Itaituba e Cianport – ECT Itaituba, totalizando o valor de **R\$ 1.026.484,32** (Programas Administração e Fiscalização);

19ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 24/08/2020

- 01 - Aprovação da proposta de destinação dos recursos de CA da fonte CELBA UTE Novo Tempo Barcarena, no valor de **R\$ 9.997.903,00** e do respectivo Termo de Compromisso de Compensação Ambiental;

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA 09/10/2020

- 01 - Aprovação da proposta de destinação dos recursos de CA da fonte Pedra Branca, no valor de **R\$ 2.737.632,79**.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA PPA 2020-2023: GESTÃO PÚBLICA PRESENTE
ÁREA DE AÇÃO: MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL
PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA
OBJETIVO 2 : APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
OBJETIVO 4 : OPERACIONALIZAÇÃO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

AÇÃO OBJETIVO 2 :

CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS

Meta OGE 2020 - 20 Agentes Capacitados

Meta alcançada / 2020 - 35 Agentes Capacitados

Nesta Ação os recursos são programados para a execução das capacitações institucionais dos servidores deste Instituto.

Tabela 06: Execução Orçamentária e financeira na Ação de Capacitação De Agentes Públicos

FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	EMPENHADO	LIQUIDADADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000,00	14.381,37	9.981,37	85.618,63	14%
0316- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000,00	2.000,00	0	198.000,00	1%
TOTAL		300.000,00	16.381,37	9.981,37	283.618,63	

Considerações Tabela 06:

- Os recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram executados com os recursos provenientes do superávit das fontes de recursos próprios do IDEFLOR-Bio;
- Foram executados **1%** (um por cento) de recursos orçamentários em relação aos empenhados/ dotação suplementar na UG 79203-FCA;
- Foram executados **14%** (quatorze por cento) de recursos orçamentários em relação aos empenhados/ dotação suplementar na UG 79201 do IDEFLOR-Bio, considerando em ODC ;
- O Total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-Bio, nesta ação foi de **5%** (cinco por cento) considerando o empenhado / dotação suplementar nas UGs IDEFLOR-Bio e FCA.

OBJETIVO 4 : OPERACIONALIZAÇÃO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

AÇÕES DO OBJETIVO 4 :

1 - EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2 - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1 - EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Meta OGE 2020 - 1.200 Atos Publicados

Meta alcançada / 2020 - 980 Atos publicados

Nesta Ação os recursos são programados para a execução do contrato junto ao IOEPA, que diz respeito as publicações institucionais.

Tabela 07: Execução Orçamentária e financeira na Ação de Edição e Publicação de Atos da Administração Pública

FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	34.500,02	29.024,38	15.499,98	69%
TOTAL		50.000,00	34.500,02	29.024,38	15.499,98	

Considerações Tabela 07:

- Os recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram executados com os recursos provenientes do superávit das fontes de recursos próprios do IDEFLOR-BIO;
- O Total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-BIO, nesta ação foi de **69%** (cinco por cento) considerando o empenhado / dotação suplementar nas UGs IDEFLOR-BIO.

2 - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Meta OGE 2020 - 04 Serviços realizados

Meta alcançada / 2020 - 04 Serviços Realizados

Nesta Ação os recursos são programados para a execução do contrato junto ao PRODEPA, além dos Sistemas Cooperativos de Tecnologia de Informação-TI

Tabela 08: Execução Orçamentária e financeira na Ação de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000,00	183.516,17	183.516,12	16.483,83	92%
TOTAL		200.000,00	183.516,17	183.516,12	16.483,83	

Considerações Tabela 08:

- Os recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram executados com os recursos provenientes do superávit das fontes de recursos próprios do IDEFLOR-BIO;
- O Total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-BIO, nesta ação foi de **92%** (noventa e dois por cento) considerando o empenhado / dotação suplementar nas UGs IDEFLOR-BIO.

AValiação DAS METAS FÍSICAS DAS Ações DO PROGRAMA GOVERNANÇA PÚBLICA EM RELAção AO PROGRAMADO

Em análise das três ações que compõe pelo programa Governança pública qual sejam: Capacitação de agentes públicos com meta física programada para 20 servidores, no entanto essa meta foi ultrapassada em 15 participantes, totalizando 35 (trinta e cinco) servidores capacitados. Acrescenta-se que tais capacitações foram executadas na modalidade à distância.

Quanto à ação Gestão de tecnologia da Informação e comunicação cujo produto é serviço realizado também alcançou a marca de 100% do programado.

Outra ação do programa diz respeito à Edição e publicação de Atos da administração pública, programada para este exercício 1.200 publicações, considerando que as informações quantitativas sofreram um corte temporal até 30/10/2020 foram publicados 980 atos, podendo até 31/12/2020 fechar a meta em 100%.

RESULTADOS ALCANÇADOS PROGRAMA GOVERNANÇA PÚBLICA / 2020

Ações	Programa	RESULTADO ALCANÇADO		
		Produto	Meta 2020	RESULTADO
Edição e publicação de atos da administração pública.	GOVERNANÇA PÚBLICA	Ato publicado	1.200	100%
Gestão de tecnologia da informação e comunicação.		Serviço realizado	4	100%
Capacitação de Agentes Públicos		Agente capacitado	20	175%

DIRETRIZ ESTRATÉGICA PPA 2020-2023: GESTÃO PÚBLICA PRESENTE
ÁREA DE AÇÃO: MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO
OBJETIVO : VIABILIZAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

AÇÕES:

- 1- ABASTECIMENTO DE UNIDADES MÓVEIS
- 2- AUXILIO ALIMENTAÇÃO
- 3- AUXILIO TRANSPORTE
- 4- OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE RECURSOS HUMANOS
- 5- OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - ABASTECIMENTO DE UNIDADES MÓVEIS

Meta OGE 2020 - 63 Unidade Abastecida

Meta alcançada / 2020 - 63 Unidade Abastecida

Nesta Ação os recursos são programados para a execução do contrato de Aquisição de Combustível para frota de veículos do IDEFLOR-Bio.

Tabela 09: Execução Orçamentária e financeira na Ação de Abastecimento de Unidades Móveis

FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000,00	100.000,00	95.793,50	0	100%
0661 - SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	517.811,00	500.000,00	481.285,42	17.811,00	97%
TOTAL		617.811,00	600.000,00	577.078,92	17.811,00	

Considerações Tabela 09:

- Os recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram com recursos provenientes do superávit das fontes de recursos próprios do IDEFLOR-Bio;
- O Total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-Bio, nesta ação foi de **97%** (noventa e sete por cento) considerando o empenhado / dotação suplementar nas UG IDEFLOR-Bio.

2- AUXILIO ALIMENTAÇÃO

Meta OGE 2020 - 167 Servidor Beneficiado

Meta alcançada / 2020 - 167 Servidor Beneficiado

Nesta Ação os recursos são programados para o pagamento do Auxilio Alimentação dos servidores do IDEFLOR-Bio.

Tabela 10: Execução Orçamentária e financeira na Ação de Auxilio Alimentação

FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
0101- RECURSOS ORDINÁRIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.104.046,00	1.022.850,32	1.022.850,32	81.195,68	93%
TOTAL		1.104.046,00	1.022.850,32	1.022.850,32	81.195,68	

Considerações Tabela 10:

- Os recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram com os recursos Ordinários do Tesouro;
- O Total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-Bio, nesta ação foi de **93%** (noventa e três por cento) considerando o empenhado / dotação suplementar nas UGs IDEFLOR-Bio.

3 - AUXILIO TRANSPORTE

Meta OGE 2020 - 130 Servidor Beneficiado

Meta alcançada / 2020 - 130 Servidor Beneficiado

Nesta Ação os recursos são programados para o pagamento do Auxílio Transporte dos servidores do IDEFLOR-Bio.

Tabela 10: Execução Orçamentária e financeira na Ação de AUXÍLIO TRANSPORTE

FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
0101- RECURSOS ORDINÁRIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	216.256,00	211.008,18	196.996,76	5.247,82	98%
TOTAL		216.256,00	211.008,18	196.996,76	5.247,82	

Considerações Tabela 10:

- Os recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram executados com os recursos Ordinários do Tesouro;
- O Total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-BIO, nesta ação foi de **98%** (noventa e oito por cento) considerando o empenhado / dotação suplementar nas UGs IDEFLOR-Bio.

4- OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE RECURSOS HUMANOS

Meta OGE 2020 - 173 Servidor Remunerado

Meta alcançada / 2020 - 173 Servidor Remunerado

Nesta Ação os recursos são programados para o pagamento da Folha dos servidores do IDEFLOR-Bio.

Tabela 11: Execução Orçamentária e Financeira na Ação de Operacionalização das Ações de Recursos Humanos

FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
0101- RECURSOS ORDINÁRIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.942.389,23	8.823.273,91	8.823.037,77	119.115,32	99%
TOTAL		8.942.389,23	8.823.273,91	8.823.037,77	119.115,32	

Considerações Tabela 11:

- Os recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram executados com os recursos Ordinários do Tesouro;
- O Total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-Bio, nesta ação foi de **99%** (noventa e nove por cento) considerando o empenhado / dotação suplementar na UG do IDEFLOR-Bio.

6- OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Meta OGE 2020 - 44 Contrato Mantido

Meta alcançada / 2020 - 44 Contrato Mantido

Nesta Ação os recursos são programados para o pagamento da Folha dos servidores do IDEFLOR-Bio.

Tabela 12: Execução Orçamentária e financeira na Ação de Operacionalização das Ações Administrativa

Consi deraç ões Tabel a 12:	FONTE DE RECURSOS	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO DISPONÍVEL	% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
		0316- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.384.000,00	3.965.303,13	3.314.735,54	418.696,87
	0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.670.000,00	3.442.911,65	3.090.972,02	227.088,35	94%
	0656- SUPERAVIT DOS RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	INVESTIMENTOS	3.021,58	2.409,95	2.409,95	611,63	80%
	TOTAL		8.057.021,58	7.410.624,73	6.408.117,51	646.396,85	92%

recursos orçamentários neste exercício de 2020 nesta ação foram executados com os recursos provenientes do superávit das fontes de recursos próprios do IDEFLOR-Bio; apenas o de 10.649,81 (dez mil seiscentos e quarenta nove reais e oitenta e um centavos) foi executado na fonte de recursos do ano corrente, proveniente do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal;

- Foram executados **90%** (noventa por cento) de recursos orçamentários em relação aos recursos empenhados/ dotação suplementar na UG 79203-FCA;
- Foram executados **94%** (noventa e quatro por cento) de recursos orçamentários em relação aos recursos empenhados/ dotação suplementar em ODC e **80%** (oitenta por cento) em investimento, na UG 79201 do IDEFLOR-BIO, considerando em ODC e investimento;

- O Total de execução orçamentária e financeira do IDEFLOR-BIO, nesta ação foi de **82%** (oitenta e dois por cento) considerando o empenhado / dotação suplementar nas UGs IDEFLOR-BIO e FCA,

AVALIAÇÃO DAS METAS FÍSICAS DAS AÇÕES DO PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMADO

Programa de suporte as atividades inerentes às ações finalística e operacional, contempla cinco ações em que o maior peso é a representado pela Folha de pagamento, como pode ser observado na planilha N°11, ressalta-se que as informações contidas sofreram um corte temporal, os períodos compreendidos são de janeiro a outubro 2020 objeto de análise deste relatório.

Na ação **Abastecimento de Unidades** móveis cujo produto é unidade abastecida e trata essencialmente de abastecer a frota do instituto hoje composta por 60 (sessenta) veículos, três a menos que na meta física de 63 (sessenta e três) veículos chegando a um percentual de 95% (noventa e cinco por cento) da meta.

Ação **Concessão de Auxílio alimentação** a meta programada foi de 173 chegando até outubro com 167 servidores beneficiados com o respectivo auxílio num percentual de 96%.

Quanto à ação **Concessão de Auxílio transporte** cujo produto é servidor beneficiado a meta física inicial de 130 confirmou o resultado de 100% da meta executada.

Ação **Operacionalização das ações de recursos humanos** materializado com a remuneração do servidor chegou o mês de outubro com 167 servidores remunerados perfazendo um percentual de 96% com a possibilidade de chegar dezembro com 100% da meta.

Os contratos mantidos pelo IDEFLOR-Bio são representados pela ação: **Operacionalização das ações Administrativas** com 44 contratos mantidos até o momento.

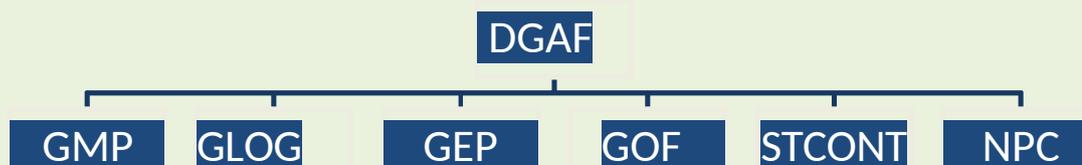
METAS ALCANÇADAS PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO/2020

Ações	Programa	RESULTADO ALCANÇADO		
		Produto	Meta 2020	RESULTADO
Abastecimento de Unidades Móveis	MANUTENÇÃO DA GESTÃO	Unidade abastecida	63	100%
Auxílio Alimentação		Servidor beneficiado	173	100%
Auxílio transporte		Servidor beneficiado	130	100%
Operacionalização das ações de Recursos Humanos		Servidor remunerado	173	100%
Operacionalização das ações administrativas		Contrato mantido	44	100%

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

1-Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira

Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - DGAF, diretamente subordinada à Presidência do IDEFLOR-Bio, compete: planejar, coordenar e executar as ações nas áreas de planejamento corporativo, gestão de pessoas, orçamento e finanças, administração de material, recursos logísticos, gestão patrimonial, gestão de contratos, prestação de Contas e administração de serviços. E é composta pelas seguintes unidades organizacionais conforme desenhado abaixo.



GERÊNCIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO IDEFLOR-Bio / FONTE 0661

GOVERNO DO ESTADO DO PARA"		REL. R8F88150
INST. DE DESENV.FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA - IDEFLORBIO		DATA 13/11/2020
SISTEMA DE MATERIAL E SERVICO * FINANCEIRO DE COMPRA POR GRUPO DE MATERIAL DE 01/2020 A 11/2020 **		PAG. 01
Almoxarifado: 01 - IDEFLOR-BIO		** Material de Consumo **
Grupo	Descricao do Grupo	Valor
101	MATERIAIS DE EXPEDIENTE	4.010,52
103	ARTIGO DE VESTUARIO	17.507,50
104	UTENSILIOS PARA COZINHAS E REFEITORIOS	8.600,00
116	PRODUTOS ALIMENTICIOS	15.148,90
120	MATERIAL P/ PROTECAO, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	2.800,00
121	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	382.903,76
126	SEMENTES, MUDAS E INSUMOS	798,68
131	MATERIAL DE INFORMATICA	6.520,00
134	MATERIAIS, PECAS E ACESSORIOS P/ IDENTIFICACAO E SINALIZACAO	1.522,50
135	GASES ENGARRAFADOS	1.118,00
143	ALIMENTACAO PARA ANIMAIS	596,64
Total ==>		441.526,50

GERÊNCIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO FUNDEFOR – FONTE 0656

GOVERNO DO ESTADO DO PARA"		REL. R6F88170			
FFUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL-FUNDEFOR - FUNDEFOR		DATA 13/11/2020			
SISTEMA DE MATERIAL E SERVICO ** DESPESAS POR MODALIDADE DE LICITACAO **		PAG. 01			
Und.Gestora: 790202 - FUNDO ESTADUAL DE DESENV. FLORESTAL-FUNDEFOR					
Exercicio: 2020 (Valor Recebido) Dt.Emissao: 13/11/2020					
Modalidade	Valor Consumo	Valor Permanente	Valor Servico	Valor Geral	%
CONCURSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONVITE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOMADA DE PRECO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONCORRENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DISPENSA LICITACAO	3.070,20	4.355,38	0,00	7.425,58	2,38
LICITACAO INEXIGIVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NAO APLICAVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREGAO	19.670,46	4.859,90	279.447,90	303.978,26	97,61
Total	22.740,66	9.215,28	279.447,90	311.403,84	99,99

PERSPECTIVAS FUTURAS DE MELHORIA

- Garantir espaço adequado para guarda do acervo patrimonial inservível até a conclusão do processo de destinação dos bens;
- Garantir qualificação da equipe nos sistemas usados na Gerência de Material e Patrimônio através de treinamentos da SEPLAD;
- Garantir que os pedidos de materiais de consumo de todos os setores sejam através de requisições de materiais através do sistema SIMAS;
- Fazer aquisições de bens móveis para suprir as necessidades do Instituto.
- Fazer a gestão do Sistema de Patrimônio do IDEFLOR-Bio via Sispat WEB

B) Gerência de Logística e Infraestrutura – GLOG:

Responsável por planejar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades de gestão administrativa (Portaria, Protocolo, Telefonia Móvel e Fixa, Vigilância Patrimonial), controle da infraestrutura (Levantamento e Manutenção Predial, Manutenção de Equipamentos de Refrigeração), gestão de recursos logísticos (Controle de Frota e Abastecimento de Unidades Móveis, Manutenção de Veículos) e administração de serviços gerais (Contratos de Limpeza, Copa, Jardinagem, Serviços de Combate à Pragas), pertencentes ao IDEFLOR-Bio.

Levantamento/Fiscalização:

Foram realizadas 90% das ações de apoio logístico a fiscalização nas Unidades regionais com apoio material, pessoal e veículos.

Gestão da frota:

A frota do instituto é composta por 60 (sessenta) veículos, sendo, 35 (trinta e cinco) frota própria e 25 (vinte e cinco) frota locada.

Em 2020, foram realizadas diversas atividades internas e externas, com demandas originadas por meio de requisições de solicitação de combustível, de acordo com o planejamento das cotas mensais de abastecimento estabelecidas para cada gerência. A análise das mencionadas demandas se dá por meio das informações e controles das áreas demandantes dentro da finalidade do Planejamento Anual, considerando as vertentes: Diárias, Requisição de Veículos, Contingenciamentos Orçamentários e custos operacionais, dentro das atividades da execução de Projetos nas áreas finalísticas.

Há que considerar também, o impacto no consumo de combustível, gerado a partir da *Agenda de Governo Itinerante* e do *Projeto Territórios Sustentáveis*, que produziram acréscimo no consumo em relação ao exercício de 2019.

A Pandemia do COVID19, também impactou significativamente o consumo de combustível, uma vez que este IDEFLOR-Bio desenvolveu durante os meses de pico da infecção, o projeto *"CARONA AMIGA"*, que consistia no "leva e trás" de servidores e colaboradores que não compunham o grupo de risco, e que, portanto, estavam aptos a trabalharem sem se submeterem aos altos índices de contaminação provocados pelo uso dos meios de transportes públicos.

Salientamos também, a cessão de veículos em atendimento à solicitações de órgãos parceiros como: BPA, SEDAP, EMATER, CASA CIVIL, PARAPAZ, etc. no desempenho de atividades de combate ao Corona Vírus, e fiscalizações ambientais e de combate à incêndios, que se intensificaram por ocasião do *"Lockdown"*.

C) Gestão de Pessoas:

Configuração do quadro funcional:

DEMONSTRATIVO PESSOAL	NOV/2020
EFETIVOS - IDEFLOR-BIO	
Servidores do IDEFLOR-Bio - sem cargo em comissão	15
Servidores do IDEFLOR-Bio - com cargo em comissão	4
Servidor redistribuído - com cargo em comissão	1
Servidores do IDEFLOR-Bio - cedido a outro órgão	0
TOTAL	20
CEDIDOS	
Servidores Cedidos de outros Órgãos com cargo em comissão	15
Servidores Cedidos de outros Órgãos sem cargo em comissão	31
TOTAL	46
COMISSIONADOS	
Servidores exclusivamente comissionados	33
TOTAL	33
TEMPORÁRIOS	
Servidores Processo Seletivo Simplificado (PSS)	48
TOTAL	48
ESTAGIÁRIOS	
Estagiários Bolsistas	20
TOTAL	20
TOTAL GERAL DE SERVIDORES	167
TERCEIRIZADOS	
STAR - Belém	39
STAR - Interior	17
TOTAL	56
JOVEM APRENDIZ	
Jovem Aprendiz	1
TOTAL	1
CASA CIVIL	
Servidores Casa Civil Lotados no IDEFLOR	6
TOTAL	6
TOTAL GERAL	230

Treinamento do PAE: Processo Administrativo Eletrônico

- Processo Administrativo Eletrônico – SEAD;
- Inserção de 90,91% dos Processos no PAE – Processo Administrativo Eletrônico.

Eventos Institucionais realizados no Exercício de 2020

- Dia Internacional da Mulher;
- Dia das Mães;
- Ação de Testagem e Campanha de vacinação;
- Distribuição de KIT – máscaras e álcool em gel (em dois momentos);
- Dia dos Pais;
- Setembro Amarelo;
- Outubro Rosa;
- Círio de Nossa Senhora de Nazaré;
- Novembro Azul;
- Natal.

AÇÃO	TESTE RÁPIDO			VACINA		
	QUANT.	POSITIVO	NEGATIVO	INFLUENZA	TRÍPLICE	QUANT.
TESTAGEM	240	40%	60%	-	-	-
VACINAÇÃO	-	-	-	94	92	186

Produto: Publicações Registradas Meta: 1.200 para o exercício de 2020

Publicações até 16/11/2020*

ATOS PUBLICADOS EM 2020	TOTAL
Minutas e Apostilamentos de Contratos/Editais Licitação	166
Diárias	340
Suprimento de Fundos	29
Portarias	193
Licenças	10
Férias	35
TOTAIS	773

D) Gerência de Orçamento e Finanças-GOF

APRESENTAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS (2020)

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO (UG 790201)

Nº	ESPÉCIE RECURSO	BANCO	AG.	Nº CONTA	FONTE	NOME	C/C	CDB-GOV	POUPANÇA / CAUÇÃO	SALDO
1	TESOURO	037 – BANPARA	0001 5	188.000-4	0101000000	CONTA ÚNICA	R\$ 32.524,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 32.524,07
2	TESOURO		0001 5	188.114-0	0101000000	CONTA "C"	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	CTR. TRANSIÇÃO		0001 5	315.000-3	0261000000	RECURSO DA TRANSIÇÃO	R\$ 386.458,13	R\$ 4.053.765,51	R\$ 0,00	R\$ 4.440.223,64
4	CTR. CONCESSÃO		0001 5	318.451-0	0256000000	RECURSO DA CONCESSÃO FLORESTAL	R\$ 364.332,01	R\$ 726.029,99	R\$ 0,00	R\$ 1.090.362,00
5	CTR. CONCESSÃO		0001 1	650.403-5	2560000000	BLUE TIMBER (CAUÇÃO-CTR.CONCESSÃO)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL							R\$ 783.314,21	R\$ 4.779.795,50	R\$ 0,00	R\$ 5.563.109,71

FONTE: EXTRATO BANPARA: SALDO EM 12/11/2020

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO REFERENTE AO COMPARATIVO 2019/2020

ESPÉCIE RECURSO	BANCO	CONTA	FONTE	NOME	SALDO (01/01/2020)	SALDO (12/11/2020)	EVOLUÇÃO (R\$)	EVOLUÇÃO (%)
TESOURO	037 – BANPARA	188.000-4	0101	CONTA ÚNICA	R\$ 9.477,00	R\$ 32.524,07	R\$ 23.047,07	243,19%
TESOURO		188.114-0	0101	CONTA "C"	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
CTR. TRANSIÇÃO		315.000-3	0261	RECURSO DA TRANSIÇÃO	R\$ 4.353.950,92	R\$ 4.440.223,64	R\$ 86.272,72	1,98%
CTR. CONCESSÃO		318.451-0	0256	RECURSO DA CONCESSÃO FLORESTAL	R\$ 726.099,83	R\$ 1.090.362,00	R\$ 364.262,17	50,17%
SEMAS		440.859-4	0316	TC – SEMAS / IDEFLOR-BIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
CTR. CONCESSÃO		650.403-5	0256	BLUE TIMBER – (CAUÇÃO – CTR. CONCESSÃO)	R\$ 610.028,18	R\$ 0,00	-R\$ 610.028,18	-100,00%
TOTAL					R\$ 5.699.555,93	R\$ 5.563.109,71	-R\$ 136.446,22	-2,39%

FONTE: EXTRATO BANPARA

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO (2019/2020)

ANO	CONTRATO DE TRANSIÇÃO	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	CONCESSÃO FLORESTAL (30%)	TOTAL ANUAL	EVOLUÇÃO (R\$)	EVOLUÇÃO (%)
2019	R\$ 479.684,08	R\$ 0,00	R\$ 1.420.046,76	R\$ 1.899.730,84	R\$ 52.617,42	2,77%
2020	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.952.348,26	R\$ 1.952.348,26		

ANÁLISE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Em análise da disponibilidade financeira conforme demonstrativo financeiro acima verifica-se que houve uma redução de **R\$ -R\$ 136.446,22,00** em comparação ao ano anterior, ou seja, de **R\$ 5.699.555,93** para **R\$ 5.563.109,71** simbolizando um declínio de **-2,39%** Esta queda foi impactada pela diminuição da arrecadação deste IDEFLOR- Bio.

Nota-se que houve uma evolução de 2,77% no recurso do contrato de transição, correspondente ao valor de **R\$ 52.617,42** referente à disponibilidade financeira deste recurso em relação ao exercício anterior.

No que se refere ao recurso de contrato de concessão florestal, conforme verifica-se no demonstrativo financeiro, houve uma evolução positiva no período de 2019 a 2020, no valor de **R\$ 364.262,17**, isto é, de **R\$ 726.099,83** para **R\$ 1.090.362,00** representando crescimento de 50,17%. O FUNDEFLOR (UG 790202) efetuou o sub-repasse para IDEFLOR-Bio (UG 790201) no valor de **R\$ 1.952.348,26** referente aos 30% da arrecadação do exercício anterior vinculado ao contrato de concessão florestal.

A remuneração de depósitos bancários (rendimentos de aplicação financeira em CDB-GOV) totalizou até Outubro/2020 o montante de **R\$ 184.524,63**. Em 2019 esse montante totalizou **R\$ 1.695.471,31**. Essa diferença ocorre em função do repasse dos recursos de Compensação Ambiental para o Fundo de Compensação Ambiental-FCA (UG 790203) no valor de **R\$ 28.713.855,93**. Sendo assim, os rendimentos gerados por esse recurso passaram a ser registrados pelo FCA.

Houve a devolução do saldo de Caução no montante de **R\$ 617.350,42** pertencente à empresa Blue Timber referente Contrato de Concessão Florestal, sendo efetivamente devolvida a empresa em questão o valor de **R\$ 272.865,89** e ao FUNDEFLOR foram repassados os **R\$ 344.484,53** restantes.

F) SETOR CONTRATOS-NTCONT.

Compete ao Setor de Contratos e Convênios, dentre outras atribuições correlatas e complementares: coordenar e acompanhar a formalização, execução e gestão dos contratos, convênios, acordos de cooperação técnica, protocolo de intenções e congêneres, firmados junto ao IDEFLOR-Bio.

Atividades e implementações realizadas no exercício de 2020

- Regularização na fiscalização de contratos, com a divulgação do Kit Fiscal;
- Registro no Siafem dos contratos pelo próprio Setor, o qual era efetuado pela GOF;
- Adoção da informação do histórico de contratos com a finalidade de otimização das informações;
- Publicação de Termos Contratuais e de Convênios, o que antes era efetuado pela GEP;
- Inclusão dos contratos, convênio e termos correlatos no portal da Transparência;
- Atualização do SIGC;
- Adequação dos Contratos ao prazo anual, conforme Lei 8.666/93, com um percentual de êxito em 80%;
- Atualização da digitalização dos Contratos via rede interna.

G) NÚCLEO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Núcleo de Prestação de Contas é o setor responsável pela análise das prestações de contas dos recursos financeiros concedidos aos servidores, como: diárias e suprimento de fundos, as Prestações de Contas, obrigatoriamente, são realizadas de acordo com as normas e legislações determinadas pelos órgãos fiscalizadores, além das atividades relacionadas à Prestação de Contas, esse acompanhamento tem por objetivo a otimização da utilização dos recursos recebidos.

Este Núcleo começou suas atividades no mês de setembro/2020, para facilitar o controle das concessões de Suprimento de fundos e diárias, sendo um fomento para a reestruturação e início da Gerência Contábil, o que facilitará a interação com o Controle Interno do IDEFLOR-Bio, considerando a imparcialidade necessária na análise processual das prestações de Contas, primando pelo princípio da Segregação de funções.

Ações Implementadas pela equipe DGAF:

1- Implantação da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo de compensação ambiental - FCA, estabeleceu controle processuais adequados de acordo com as fontes extra orçamentárias que dotam o orçamento do FCA;

2- Implantação da estrutura Administrativa descentralizada em agosto/2020, com ordenador competente e novo fluxo processual;

3- Adotou rotinas processuais que aperfeiçoaram celeridade ao fluxo administrativos dos processos;

4- Adequação de atividades Gerenciais, a fim de organização das competências de suas Gerências;

5- Iniciou o procedimento de inserção dos processos administrativos no PAE, o que possibilitou a não paralização de suas rotinas na Decretação de Pandemia do Covid- 19, hoje temos como resultado de processos digitais no percentual de 90,91%.

6- Estabeleceu e adotou parâmetros internos no âmbito de sua competência regimental, assim como deu apoio a gestão administrativa Superior, para que as atividades do IDEFLOR-Bio, não sofressem paralização na Decretação de Pandemia do Covid-19, assim como no *lockdown*, estabelecendo escalas de trabalho, fornecendo materiais e equipamentos para o trabalho remoto, dando apoio no deslocamento de servidores e colaboradores, assim como, adotando outros procedimentos para os processos que ainda estavam de forma física.

7- Implementação de novas rotinas de higienização nas dependências do IDEFLOR - Bio para maior segurança dos servidores que estavam em escala presencial;

8- Fomentou a criação no Núcleo de Prestação de Contas – NPC, uma unidade independente e necessária que será estabelecida na nova estrutura administrativa da DGAF em observância ao princípio da segregação de Funções.

9- Adoção de *checklist* na análise processual das prestações de contas de diárias e suprimentos de fundo o que aperfeiçoa a análise do controle interno.

10 – Realização dos eventos estabelecidos no calendário anual na área de gestão de Pessoas: Dia da mulher, dia das mães, dia dos pais; Setembro Amarelo, Círio do Instituto , Outubro Rosa, a realizar Novembro Azul e Natal;

11 – Processos Seletivos Simplificado – Realização de 02 (dois) PSS.

2-NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-NTI

O Núcleo de Tecnologia da Informação-NTI constitui um setor de serviços auxiliares de apoio tecnológico aos usuários do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará-IDEFLOR-Bio. Sendo constituído por profissionais das áreas de Tecnologia, Desenvolvimento de Software e Suporte aos usuários.

- a) Descrição dos principais sistemas de informação, objetivos e funcionalidade.

Para atender com eficiência e eficácia os serviços tecnológicos executados no órgão como serviço de impressão, armazenamento dos dados, segurança da informação, atendimento aos usuários e outros serviços, o setor de informática realizou todos os procedimentos necessários ao bom funcionamento através do monitoramento desses serviços. Para fazer o gerenciamento de ativos, de rastreamento de problemas e *service desk* foi utilizado o GLPI (ferramenta de Software). Para a segurança e acesso de informações para os servidores desta unidade do IDEFLOR-Bio, foi instalado de caráter temporário, um novo *Firewall* da FortiNet, que possibilita além da maior segurança das informações, auxilia no acesso remoto devido a pandemia, melhorando assim o home office.

Monitoramento dos Fluxos e da Segurança das Informações através do Firewall

O consiste em uma solução de segurança baseada em hardware ou software, que a partir de um conjunto de regras analisa o tráfego de rede utilizada no órgão. Ele permite ao coordenador de TI verificar os protocolos utilizados, os acessos feitos pelos usuários (servidores), acompanhando desta forma o fluxo de informações na rede. Através do *firewall* também é possível verificar a velocidade do link que está sendo utilizado.

Todas essas informações são analisadas pelo coordenador do Núcleo de Tecnologia da Informação do órgão, por meio de relatórios apresentados pelo *Firewall*. Mantendo desta forma, o controle do fluxo e da segurança das informações que trafegam na rede.

Sistema GLPI

O Sistema de Gestão de Serviços e Gerenciamento de Ativos, o *GLPI* é um sistema que auxilia no gerenciamento de chamados de HELP DESK e no gerenciamento do parque de informática com o uso de uma base de dados centralizada.



- b) O sistema é amplamente utilizado pelo setor de informática com o objetivo de auxiliar o Coordenador de Informática e a equipe de TI nos serviços de: Gerenciamento de chamados *Helpdesk*, Gerenciamento de ativos e serviços, na Gestão da TI com informações sobre recursos físicos e humanos, no Gerenciamento de serviços de manutenção de equipamentos, na disponibilização de relatórios permitindo a localização de chamados, requisições, projetos e equipamentos e etc.

Funcionalidades do Sistema GLPI

O sistema GLPI apresenta ferramentas importantes de apoio como: Plataforma para criação de Central de Serviços; Captura efetiva de chamados e requisições; Gestão de Ativos e Inventário automáticos; Inventário de Softwares e Gerenciamento de Licenças; Gerência o consumo de equipamentos; Integração profunda dos Serviços; Relatórios de Ativos com *dashboards*.

Ativos	Assistência	Gerência	Ferramentas	Plug-ins	Administração	Configurar
Computadores	Chamados	Orçamentos	Projetos	Painel	Usuários	Listas suspensas
Monitores	Criar chamado	Fornecedores	Anotações	FusionInventory	Grupos	Componentes
Softwares	Problemas	Contatos	Fontes RSS	Reservations	Entidades	Notificações
Redes	Mudanças	Contratos	Base de Conhecimento		Regras	SLAs
Dispositivos	Planejamento	Documentos	Reservas		Dicionários	Geral
Impressoras	Estatísticas		Relatórios		Perfis	Verificações
Cartuchos	Chamados recorrentes		Endereçamentos IP		Fila de e-mails	Ações automáticas
Insumos	Tasks list		Network Architectures		Manutenção	Autenticação
Telefones	Formulários		Alerts		Logs	Destinatários
Certificados			Cartografias		Recursos humanos	Relacionamentos externos
Unmanaged device			Comandos de Shell		Contas	Plug-ins
Bancos de dados					Formulários	
Global						

Figura 27: diversas funcionalidades existentes no sistema GLPI

c) Objetivo do Sistema:

O sistema é amplamente utilizado pelo setor de informática com o objetivo de auxiliar o Coordenador de Informática e a equipe de TI nos serviços de: Gerenciamento de chamados *Helpdesk*, Gerenciamento de ativos e serviços, na Gestão da TI com informações sobre recursos físicos e humanos, no Gerenciamento de serviços de manutenção de equipamentos, na disponibilização de relatórios permitindo a localização de chamados, requisições, projetos e equipamentos.

d) Funcionalidade do Sistema do GLPI: O sistema GLPI apresenta ferramentas importantes de apoio como: Plataforma para criação de Central de Serviços; Captura efetiva de chamados e requisições; Gestão de Ativos e Inventário automáticos; Inventário de Softwares e Gerenciamento de Licenças; Gerência o consumo de equipamentos; Integração profunda dos Serviços; Relatórios de Ativos com *dashboards*.

e) Fiscalização do sistema: de Gestão de concessão florestas Públicas: Este sistema permite gerenciar os contratos de concessão que o IDEFLOR-BIO mantém com os seus concessionários, possibilitando controlar e acompanhar os processos de trabalho vinculados aos mesmos. O sistema é constituído por módulos como: Central do Concessionário, Portal Cidadão, Aplicativo Móvel, Gestão de concessões e Módulo de alerta. Alguns dos módulos citados já foram implantados e outros ainda continuam em fase de desenvolvimento, implementação e posterior implantação.

Neste exercício foi desenvolvido e entregue a OS 33, que engloba a alteração de contrato para inserção de novo campo, desenvolvimento do Módulo de indicador A2 – Visão do concessionário e por último desenvolvimento do Módulo Indicador A2 – Visão IDEFLOR-Bio.

Além desta demanda, está em fase final de entrega a OS 34, que consiste no desenvolvimento da Aplicação para tablet do módulo Visita de Campo, também do Módulo visita de campo no SGC.

Apoio técnico aos usuários na solução de problemas de informática referentes a equipamentos e sistemas.

Para solucionar qualquer problema relacionado a sistemas e equipamentos de informática, o usuário segue o procedimento que é de abrir um chamado para o setor de informática. O chamado é feito através do sistema GLPI. A equipe de suporte recebe o chamado e prontamente segue para o atendimento local ou soluciona através do próprio sistema dependendo do problema.

O gráfico abaixo mostra que no período de 01/01/2020 a 17/11/2020 a quantidade de chamados abertos e solucionados.



Gráfico 06: Quantidade de chamados abertos e solucionados.

Suporte Técnico aos eventos Institucionais do Órgão

Alguns eventos realizados pelo órgão contam com o apoio do suporte da equipe de informática, para dar apoio quanto ao manuseio dos equipamentos de informática utilizados no local do evento, para solucionar problemas eventuais que ocorrem às vezes com o equipamento como mau contato e outros problemas. Os eventos realizados por algumas gerências fora do local do órgão em que há necessidade de apoio suporte da TI, um dos técnicos é deslocado para local para auxiliar no trabalho.

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Foi desenvolvido um novo sistema de avaliação de desempenho, a pedido da comissão de avaliação de desempenho (CAD), com novos relatórios, nova interface, totalmente customizável, está sempre em constantes atualizações, porém já está em plena utilização.

Foi dado início ao desenvolvimento, de um sistema que vai englobar os questionários de infraestrutura e saneamento básico, formulário socioeconômico e diagnóstico de

empreendimento de turismo, a pedido da gerência da DGBIO, para poder trabalhar de forma mais segura e eficaz com os dados coletados, que hoje estão em caráter de formulários padrões de preenchimento manual, a ideia final é finalizar em 2021, sendo possível realizar todo o processo do questionário de forma digital, através de um celular ou tablet, e posteriormente ligar a uma base de dados, para então trabalhar com todas as informações conforme a necessidade da DGBio.

Sistema de Avaliação de Desempenho

Objetivo

O Sistema foi desenvolvido para atender o processo de avaliação de desempenho da melhor forma possível e automatizar o processo para obter os resultados de forma mais rápida e precisa, processando e calculando as notas dadas aos avaliados automaticamente enquanto mantém a identidade do avaliador anônima.

Funcionalidade

A avaliação ocorre em duas etapas sendo uma avaliação individual e uma técnica, o sistema mostra para o usuário um questionário com determinados números de perguntas, para que ele atribua uma nota para cada uma delas.

3- Comissão Permanente de Licitação – CPL

LICITAÇÕES REALIZADAS

O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio publicou 17 (dezessete) licitações para aquisição de bens de consumo e serviços, como condição para celebração de contrato nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal, conforme o quadro demonstrativo abaixo:

MODALIDADE	REALIZADAS	OBSERVAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO	07	Homologados
	04	Em andamento
COTAÇÃO ELETRÔNICA	05	Homologadas
	01	Deserta

O valor total fixado nos editais para custear as licitações na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, é de **R\$ 1.826.098,85** (um milhão oitocentos e vinte e seis mil noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos).

O valor total fixado nos editais para custear **COTAÇÃO ELETRÔNICA**, é de **R\$ 45.523,42** (quarenta e cinco mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos).

O valor total fixado nos editais para custear as licitações na modalidade **CONVITE** é de **R\$ 40.500,00** (quarenta mil e quinhentos reais).

LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2020			
MODALIDADE	Valor /Edital (R\$)	Valor Licitado (R\$)	Economia (R\$)
PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 1.826.098,85	R\$ 1.551.295,88	R\$ 274.802,97
COTAÇÃO ELETRÔNICA	R\$ 45.523,42	R\$ 22.898,11	R\$ 22.625,31
Total	R\$ 1.871.622,27	R\$ 1.574.193,99	R\$ 297.428,28

A economia gerada através da disputa e de negociações legais permitidas no pregão eletrônico e Cotação Eletrônica no total de **R\$ 297.428,28** (duzentos e noventa e sete mil quatrocentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos).

PRINCIPAIS DEMANDANTES

As solicitações para aquisição de bens e serviços objetivando a realização de atividades nas regionais, foram demandadas pelas Diretorias deste IDEFLOR-Bio citadas abaixo:

DDF- Diretoria de Desenvolvimento da Cadeia Florestal, através da ação estratégica e integrante do Projeto PROSAF, sob a coordenação e a execução de projetos emblemáticos de produção e de recomposição florestal, a partir da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) Comerciais, com objetivo de recuperação de áreas alteradas/degradadas, Plano de Desenvolvimento Regional e Sustentável do Xingu (PDRSX) cujo objetivo de promover a recomposição florestal produtiva, estimular o desenvolvimento das cadeias produtivas de base florestal ao induzir e qualificar ações de valorização da sociobiodiversidade visando o apoio a meliponicultura nos municípios de Portel, Melgaço, Bagre, Belém, Santa Bárbara, Acará e Castanhal, uma valiosa iniciativa no âmbito da "economia verde", conciliando a geração de renda, à segurança alimentar e a eficiência no uso dos recursos naturais em áreas alteradas da região, fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas de base florestal, o ordenamento, a gestão e a proteção dos recursos florestais e da biodiversidade, a gestão das unidades de conservação, o apoio aos povos e comunidades tradicionais, o incentivo à prática de restauração florestal no Estado do Pará.

DGBio - Diretoria de Gestão da Biodiversidade por meio da Gerência de Sociobiodiversidade através do Projeto Gestão e Restauração Florestal da Terra Indígena Alto Rio Guamá, Projeto Inovação e Difusão de Boas Práticas de Manejo Agroflorestal junto a povos indígenas da Calha Norte Nhamundá-Mapuera, implantação de SAF'S e restauração florestal em Territórios Indígenas e Quilombolas, Projetos Gestão e Restauração Florestal da Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG; Manejo Florestal Comunitário de Espécies Medicinais no Território Quilombola África e Laranjituba.

DGMUC – Diretoria de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação, através O projeto PROSAF dentro das Unidades de Conservação, atua com ações que integram a agricultura de base familiar associada à adequação ambiental, com o objetivo de promover a diversificação produtiva, mediante atividades sustentáveis e aumento na geração de renda e a atividade da MELIPONICULTURA tendo os requisitos para atender a esse propósito, com efeito, definida como atividade agrícola sustentável de recursos naturais porque se destina à criação racional de espécies de abelhas nativas, sem qualquer impacto de remoção da cobertura

vegetal nativa em seu desenvolvimento, mas, pelo contrário, mediante a multiplicação de colônias de abelhas nativas, ela contribui para o restabelecimento das populações naturais.

PUBLICAÇÕES DOS RESULTADOS LICITATÓRIOS.

A publicação geral dos resultados das licitações realizadas pela Comissão Permanente de Licitação foram publicadas em Diário Oficial assim como está disponibilizada no menu “Transparência Pública” no site do IDEFLOR-Bio.

4 - CONTROLE INTERNO

Análise do Exercício 2020

No período de 01 de janeiro a 13 de novembro do corrente, foram recebidos **2.266** (dois mil duzentos e sessenta e seis) e tramitados 2201 (dois mil duzentos e um) processos, conforme pode ser comprovado no relatório “Estatística de Tramitações para o Organograma no Período” extraído na presente data do Sistema E-PROTOCOLO, anexo.

Do universo das despesas, foram emitidas **1.276** (um mil duzentas e setenta e seis) Notas de Empenho, **2.970** (dois mil novecentos e setenta) Notas de Liquidação e **1.954** (um mil novecentos e cinquenta e quatro) ordens bancárias, conforme informações extraídas do SIAFEM na presente data, relatórios anexos.

A Conformidade dos Registros de Gestão, que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Sistema Integrado de Administração Financeira SIAFEM no subsistema AUDICON, em atenção à análise da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, tem como finalidade verificar se os registros efetuados pela Unidade Gestora Executores foram realizados em observância às normas vigentes e a existência de documentação que suporte as operações registradas.

Considerando o quantitativo de processos a serem analisados, o grau de amplitude, complexidade e profundidade, foi utilizada a técnica da amostragem visto que a atuação em todos os processos pode ocasionar “estrangulamentos” no fluxo operacional, como demora excessiva, risco de perda de prazos legais e/ou gerenciais, ou ainda, quando limitar a profundidade e amplitude de análise necessária ao tema, prejudicando, assim, os objetivos pretendidos quanto à avaliação dos Controles Internos.

Estima-se a amplitude de atuação em 90% dos processos de despesa, uma vez que o volume de transações e/ou processos existentes na Entidade notoriamente é superior à capacidade instalada do NCI, o critério de amostragem remeteu-se no envio dos processos ao núcleo.

Nos procedimentos estabelecidos para Análise Documental que resultem em detecção de eventual constatação para os casos passíveis de conformidade com restrição, a metodologia utilizada pelo APC é orientação verbal; orientações emitidas em folha de despacho diretamente no processo; emissão de Solicitação de Ação Corretiva – SAC ao Setor Responsável e competente para adoção das medidas corretivas, até a presente data não foram emitidas SAC's no Exercício.

Tratamentos das determinações e recomendações dos órgãos de Controle Externo e interno

Dentre os procedimentos e atividades realizadas, destacam-se as orientações aos gestores acerca de normas e procedimentos; acompanhamento do envio de dados e informações no que tange a Prestação de Contas do exercício 2019 junto ao Tribunal de Contas do Estado TCE-PA, acompanhamento da execução de contratos, convênios e congêneres; exame da legalidade das despesas e pagamentos realizados; exame de prestações de contas de diárias e suprimento de fundos; verificação do cumprimento de decisões do TCE-PA e demais normas de controle aplicáveis; acompanhamento da execução do orçamento anual em atenção a Lei de Diretrizes Orçamentária vigente; manifestações exaradas visando à obtenção de maior eficiência e tempestividade na adoção de providências necessárias, bem como, de eventual responsabilização de todos aqueles, que atuarem de forma contrária ao ordenamento jurídico.